

Monitor **ODS Pará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável



20
25



Monitor **ODSPará**

Observatório dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável

Relatório Municipal ODS 2025 **Alenquer**



GOVERNO DO ESTADO DO PARÁ

Helder Zahluth Barbalho
Governador do Estado do Pará

**FUNDAÇÃO AMAZÔNIA DE AMPARO A
ESTUDOS E PESQUISAS - FAPESPA**

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Deyvison Andrey Medrado Gonçalves
Diretor Científico

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Atyliana do Socorro Leão Dias dos Santos
Diretora de Estatística, Tecnologia e Gestão
da Informação

Luziane Cravo Silva
Diretora de Pesquisas e Estudos Ambientais

Juliano Gotardo Pancieri
Diretor Administrativo

Nicolau Sávio de Oliveira Ferrari
Diretor de Operações Técnicas

Osvaldo Trindade Carvalho
Diretor de Planejamento, Orçamento e Finanças

EXPEDIENTE

Marcel do Nascimento Botelho
Diretor-Presidente

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza
Diretor de Estudos e Pesquisas
Socioeconômicas e Análise Conjuntural

Marcelo Santos Chaves
Coordenador de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural

Márcio Ivan Lopes Ponte de Souza – FAPESPA
Coordenador Geral da Pesquisa

Marcelo Santos Chaves – FAPESPA
Coordenação Técnica

**Coordenadoria de Estudos Econômicos
e Análise Conjuntural - CEEAC/FAPESPA**
Revisão Técnica

**Centro Educacional de Tecnologia Social
da Amazônia – AMAZON CETEC**
Organização

ÍNDICE

Introdução.....	8
Objetivo 1 - Erradicação da Pobreza.....	9
1 – Evolução da Taxa de Pobreza.....	9
2 – Despesas Públicas com Serviços Essenciais.....	10
Objetivo 2 - Fome Zero e Agricultura Sustentável.....	11
3 – Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer.....	12
4 – Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).....	13
Objetivo 3 - Boa Saúde e Bem-Estar.....	14
5 – Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos).....	14
6 – Número de Médicos por 10 mil habitantes.....	15
Objetivo 4 - Educação de Qualidade.....	17
7 – Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes.....	17
8 – Percentual de Escolas com Acesso à Internet.....	18
Objetivo 5 - Igualdade de Gênero.....	19
9 – Violência Contra a Mulher por Parceiros.....	19
10 – Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres.....	20
Objetivo 6 - Água Potável e Saneamento.....	22
11 – Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto.....	22
12 – Gasto Municipal com Saneamento per capita.....	23



	Objetivo 7 - Energia Limpa e Acessível.....	24
13 – Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.).....	24	
14 – Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.....	25	
	Objetivo 8 – Emprego Decente e Crescimento Econômico.....	27
15 – Empregos Formais por Mil Habitantes.....	27	
16 – PIB per capita.....	28	
	Objetivo 9 – Indústria, Inovação e Infraestrutura.....	29
17 – Valor Adicionado da Indústria (% do PIB).....	30	
18 – Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.....	31	
	Objetivo 10 – Redução das Desigualdades.....	32
19 – Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).....	33	
	Objetivo 11 – Cidades e Comunidades Sustentáveis.....	34
20 – Acesso à Telefonia Móvel.....	34	
21 – Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental.....	35	
	Objetivo 12 – Consumo e Produção Responsáveis.....	36
22 – Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo.....	37	
23 – População de Baixa Renda com fossa rudimentar.....	38	
	Objetivo 13 – Ação Contra a Mudança Global do Clima.....	39
24 – Gastos per capita com prevenção de desastres.....	39	
	Objetivo 14 – Vida na Água.....	41
25 – Despesa per capita com preservação aquática.....	41	
	Objetivo 15 – Vida Terrestre.....	42
26 – Percentual da Área de Floresta em relação à área total.....	43	
27 – Percentual da Área Desmatada em relação à área total.....	44	
	Objetivo 16 – Paz, Justiça e Instituições Eficazes.....	45
28 – Trabalho Infantil por 100 mil habitantes.....	45	
29 – Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.....	46	
	Objetivo 17 – Parcerias e Meios de Implementação.....	47
30 – Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB.....	48	
31 – Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).....	49	
	Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS).....	50
	Anexo I - Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável – ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027.....	51

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	10
Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	11
Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	12
Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	13
Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	15
Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	16
Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	18
Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	19
Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	20
Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	21
Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	23
Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	24
Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	25



LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	26
Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	28
Gráfico 16 - PIB per capita, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	29
Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	31
Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	32
Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)	33
Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	35
Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	36
Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	37
Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	38
Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	40
Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	42
Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	43
Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	44
Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	46
Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	47
Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)	48
Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)	49
Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)	50

INTRODUÇÃO

A Agenda 2030, aprovada em 2015 durante a Cúpula de Desenvolvimento Sustentável da Assembleia Geral das Nações Unidas, representa um compromisso assumido globalmente para promover o desenvolvimento sustentável em suas dimensões social, econômica e ambiental. Como resultado desse acordo internacional, foram estabelecidos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e 169 metas, com início de implementação em 2016, por meio de um plano de ação integrado. Esse plano prevê a colaboração ativa de diversos setores – governos, sociedade civil, setor privado, academia e o sistema das Nações Unidas – e reconhece a erradicação da pobreza como o principal desafio a ser enfrentado, o que justifica sua posição como o primeiro dos ODS.

Alinhado aos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável, o **Monitor ODS Pará 2025** constitui um importante instrumento de acompanhamen-

to e avaliação das metas da Agenda 2030 nos 144 municípios paraenses. A iniciativa é resultado do Observatório ODS-FAPESPA, vinculado à Diretoria de Estudos e Pesquisas Socioeconómicas e Análise Conjuntural (DIEPSAC), conforme instituído pela Portaria nº 020/2020 – GAB/FAPESPA.

A análise apresentada neste documento baseia-se em um conjunto de 88 indicadores socioeconômicos e ambientais, vinculados às metas específicas da Agenda 2030. A seleção desses indicadores teve como objetivo refletir, de maneira clara e objetiva, os avanços e os desafios enfrentados pelo município em diversas áreas, como saúde, educação, meio ambiente, infraestrutura e igualdade social.

Dessa forma, este relatório tem como propósito fortalecer a cultura de monitoramento e avaliação contínua, contribuindo para uma gestão pública mais transparente, eficiente e alinhada com o compromisso de promover o desenvolvimento sustentável no município de **Alenquer (PA)**.



O objetivo do Monitor é consolidar relatórios e análises de dados que permitam compreender o desempenho local em relação aos 17 ODS, oferecendo uma base confiável para o planejamento estratégico e a formulação de políticas públicas mais eficazes.



ODS 1 ERRADICAÇÃO DA POBREZA

Acabar com a pobreza em todas as suas formas, em todos os lugares.

O Objetivo de Desenvolvimento Sustentável 1 (ODS 1) tem como meta eliminar a pobreza em todas as suas formas e em todos os lugares, por meio da erradicação da pobreza extrema e da redução pela metade da população em situação de vulnerabilidade, tanto monetária quanto não monetária. O avanço da pobreza, além de ser injustificável, compromete a dignidade de milhões de pessoas, gerando

desigualdades que fragilizam a coesão social e dificultam o progresso econômico. Entre as principais causas da pobreza estão o desemprego, a exclusão social e a alta vulnerabilidade de certos grupos a desastres naturais e doenças, fatores que agravam a desigualdade e contribuem para a desnutrição, o acesso limitado à educação, a discriminação e outros obstáculos ao desenvolvimento humano.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 1**: Evolução da Taxa de Pobreza e as Despesas Públicas com Serviços Essenciais.



Evolução da Taxa de Pobreza

No município de Alenquer, a taxa de pobreza apresentou relativa estabilidade entre 2019 e 2021, variando de 67,9% para 68,5%. Em 2022, houve um salto expressivo para 71,7%, seguido de uma queda significativa em 2023, atingindo 52,9%. Na Região de Integração Baixo Amazonas, o comportamento foi semelhante, com taxas entre 54,0% em 2019 e 53,6% em 2021. Em 2022, o índice aumentou para 59,7% e caiu para 50,2% em 2023. Já o estado do Pará apresentou os menores percentuais nos cinco anos, osci-

lando entre 41,2% em 2020 e 59,4% em 2022, fechando 2023 com 43,8% (Gráfico 1).

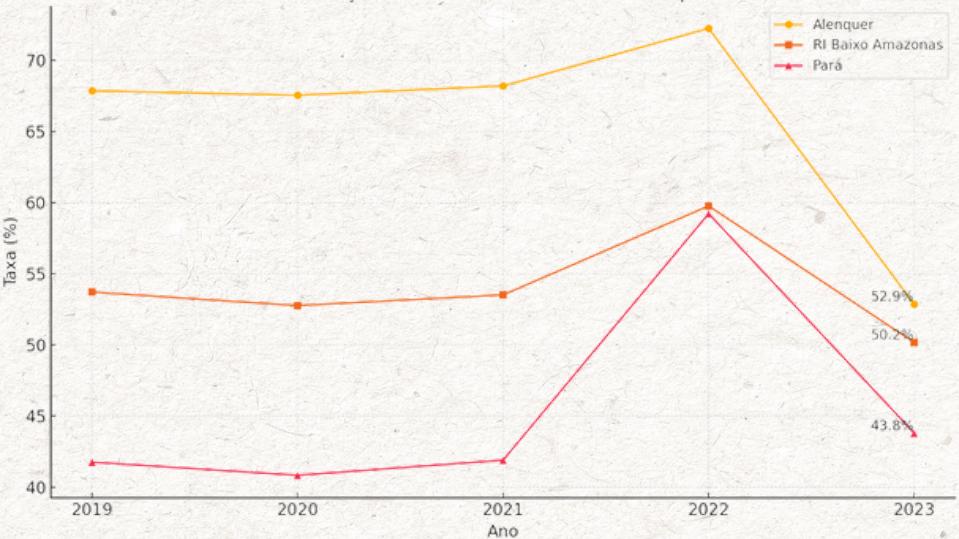
A análise conjunta revela que, embora os três níveis territoriais tenham experimentado elevação em 2022, os dados de 2023 indicam uma reversão na tendência de alta. O caso mais notável é Alenquer, que reduziu a taxa de pobreza em 18,8 pontos percentuais de 2022 para 2023. A RI Baixo Amazonas também apresentou queda de 9,5 pontos, enquanto o estado do Pará reduziu em 15,6 pontos.





Gráfico 1 - Evolução da Taxa de Pobreza, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)

Esses resultados sugerem a existência de fatores conjunturais em 2022 que impactaram negativamente os territórios, seguidos de medidas ou condições favoráveis que contribuíram para a retomada em 2023 (Gráfico 1).



Fonte: CADÚNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Despesas Públicas com Serviços essenciais

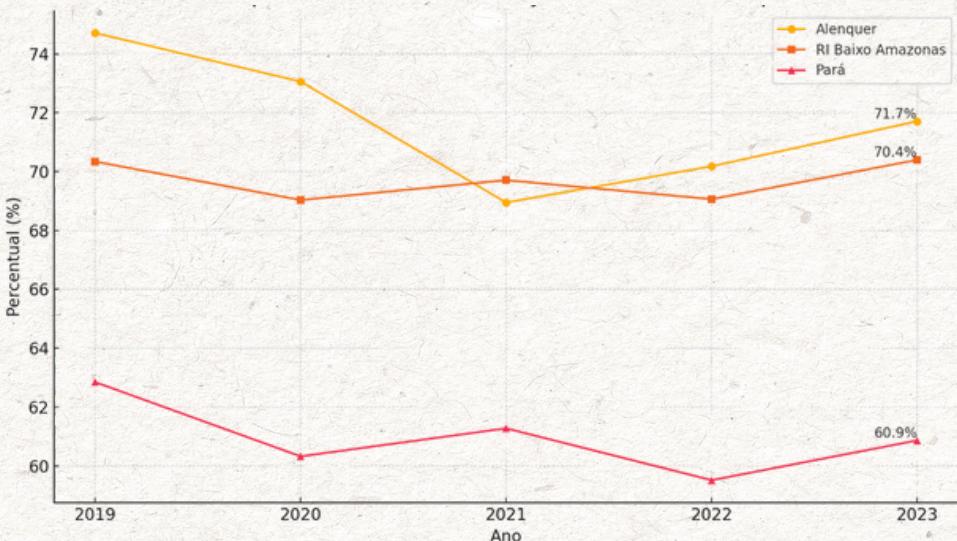
Em Alenquer, as despesas públicas com serviços essenciais representavam 74,7% do total em 2019. Esse percentual caiu para 73,2% em 2020 e depois recuou mais acentuadamente para 68,8% em 2021. A partir daí, houve leve recuperação, com 70,1% em 2022 e 71,7% em 2023. Na RI Baixo Amazonas, o indicador partiu de 70,3% em 2019, variando entre 68,9% e 69,8% entre 2020 e 2022, até atingir 70,4% em 2023. O estado do Pará apresentou os menores percentuais no período, saindo de 62,7% em 2019, alcançando o menor valor em 2022 (59,5%) e recuperando-se para 60,9% em 2023 (Gráfico 2).

A trajetória evidencia uma tendência de que-

da nos investimentos proporcionais em serviços essenciais até 2021 ou 2022, com sinais de recuperação em 2023. A queda mais intensa ocorreu em Alenquer, que chegou a perder quase 6 pontos percentuais entre 2019 e 2021. A retomada dos percentuais a partir de 2022 pode estar associada a reestruturações fiscais pós-pandemia ou à priorização de áreas como saúde, educação e assistência. Apesar disso, o Pará segue com proporções inferiores às do município e da região, o que pode indicar maiores compromissos com despesas obrigatórias em outras áreas ou menor capacidade fiscal para alocação em serviços básicos (Gráfico 2).



Gráfico 2 - Despesas Públicas com Serviços Essenciais, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN.

ODS 2 FOME ZERO E AGRICULTURA SUSTENTÁVEL

O Objetivo 2 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da ONU tem como foco garantir o acesso universal a uma alimentação de qualidade. Essa meta é essencial para a construção de um futuro mais justo e equilibrado para o planeta e todos os seus habitantes. Por isso, erradicar a fome, assegurar a segurança alimentar, melhorar a nutrição e promover a agricultura sustentável são prioridades desse objetivo.

Segundo a definição da Organização das Nações Unidas,

há segurança alimentar quando todas as pessoas, em qualquer momento, têm acesso físico, social e econômico a alimentos suficientes, seguros e nutritivos, que atendam às suas necessidades dietéticas e preferências alimentares, permitindo uma vida ativa e saudável. Quando essas condições não são atendidas, ocorre a chamada insegurança alimentar ou, de forma mais direta, a fome.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 2**: Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer e Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare).

Acabar com a fome, alcançar a segurança alimentar e melhoria da nutrição e promover a agricultura sustentável.



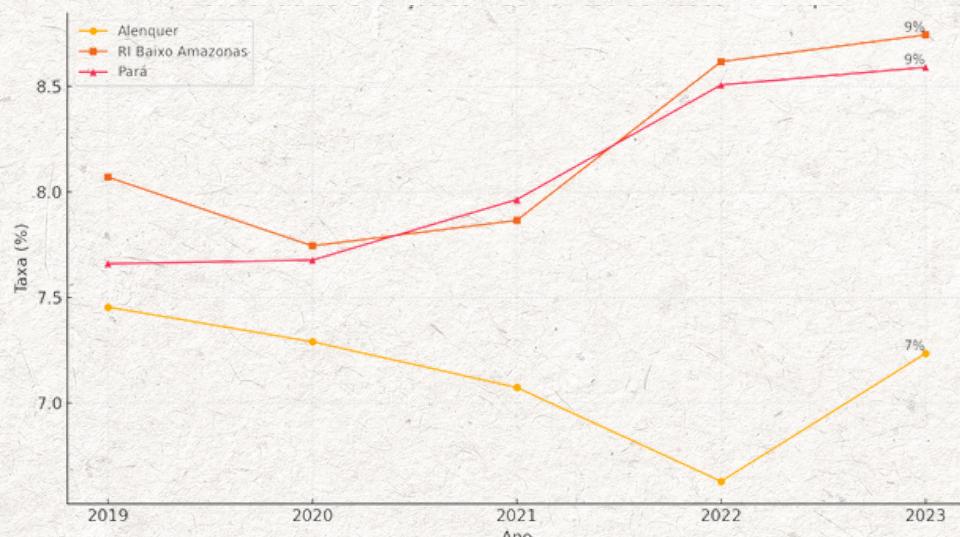
Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer

No município de Alenquer, a prevalência de crianças com baixo peso ao nascer apresentou uma trajetória de queda entre 2019 e 2022, passando de 7,5% para 6,6%. Em 2023, no entanto, houve aumento expressivo, chegando a 7%. A Região de Integração Baixo Amazonas iniciou com taxa de 8,1% em 2019, caiu para 7,7% em 2020 e 7,9% em 2021, mas saltou para 8,6% em 2022 e manteve o valor de 9% em 2023. Já o estado do Pará permaneceu estável entre 2019 e 2020, com 7,7%, subiu para 7,9% em 2021, alcançou 8,5% em 2022 e chegou a 8,6% em 2023 (Gráfico 3).

A análise revela que, embora Alenquer tenha mantido os menores percentuais entre os três níveis territoriais em todos os anos, o aumento em 2023 acende um sinal de alerta. A RI Baixo Amazonas e o estado do Pará apresentaram tendências de crescimento contínuo desde 2020, com elevações mais expressivas nos dois últimos anos. Esses dados podem indicar piora nas condições de saúde materno-infantil ou deficiências no pré-natal, sendo necessária investigação sobre os determinantes sociais e sanitários que contribuíram para o agravamento recente (Gráfico 3).



Gráfico 3 - Prevalência de crianças com baixo peso ao nascer, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 7%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

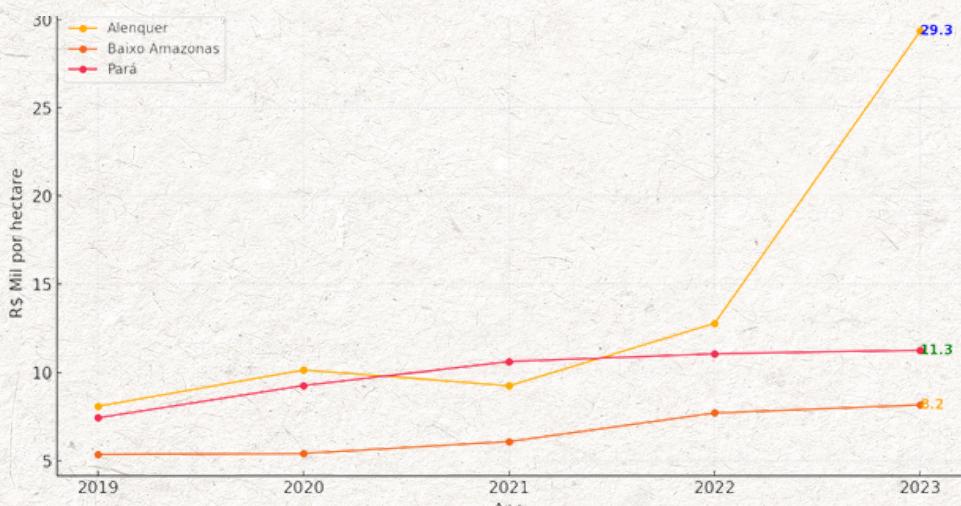


Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare)

A produtividade agrícola de Alenquer iniciou em 2019 com R\$ 8,2 mil/hectare e teve leve crescimento até 2020, quando atingiu R\$ 10,1 mil. Em 2021, caiu para R\$ 9,3 mil, mas voltou a crescer para R\$ 12,7 mil em 2022 e apresentou salto expressivo em 2023, alcançando R\$ 29,3 mil/hectare. A RI Baixo Amazonas partiu de R\$ 5,3 mil/hectare em 2019, manteve-se estável até 2020, com elevação gradual até atingir R\$ 8,2 mil em 2023. O estado do Pará teve crescimento consistente, iniciando com R\$ 7,5 mil em 2019 e subindo anualmente até atingir R\$ 11,3 mil/hectare em 2023 (Gráfico 4).

A trajetória de Alenquer em 2023 representa uma mudança de patamar, destacando-se em relação à média regional e estadual. O salto de mais de R\$ 16 mil/hectare em um único ano pode estar associado à introdução de tecnologias, mudanças de culturas ou aumento de valor agregado da produção. Enquanto isso, a RI Baixo Amazonas apresentou crescimento modesto e contínuo, e o Pará seguiu em trajetória de estabilidade com leve alta. O desempenho superior de Alenquer em 2023 indica potencial produtivo destacado, merecendo atenção quanto à sustentabilidade e manutenção desses ganhos (Gráfico 4).

Gráfico 4 - Produtividade Agrícola (R\$ mil/hectare), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 29,3 mil/ha, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 18 mil/ha. Portanto, a meta foi alcançada.





ODS 3 BOA SAÚDE E BEM-ESTAR

A Organização das Nações Unidas (ONU) estabeleceu a Saúde e o Bem-Estar como uma de suas principais metas a serem alcançadas até 2030. Para a ONU, saúde não se resume apenas à ausência de doenças, mas envolve o completo bem-estar físico, mental e social. Isso significa que promover a saúde exige a atuação conjunta de indivíduos, da sociedade e do poder público. Para isso, são necessárias ações em diversas frentes, com metas claras e específicas voltadas para esse objetivo.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 3**: Taxa de Mortalidade (por mil nascidos vivos) e Número de Médicos por 10 mil habitantes.

Assegurar uma vida saudável e promover o bem-estar para todos, em todas as idades.

Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos)

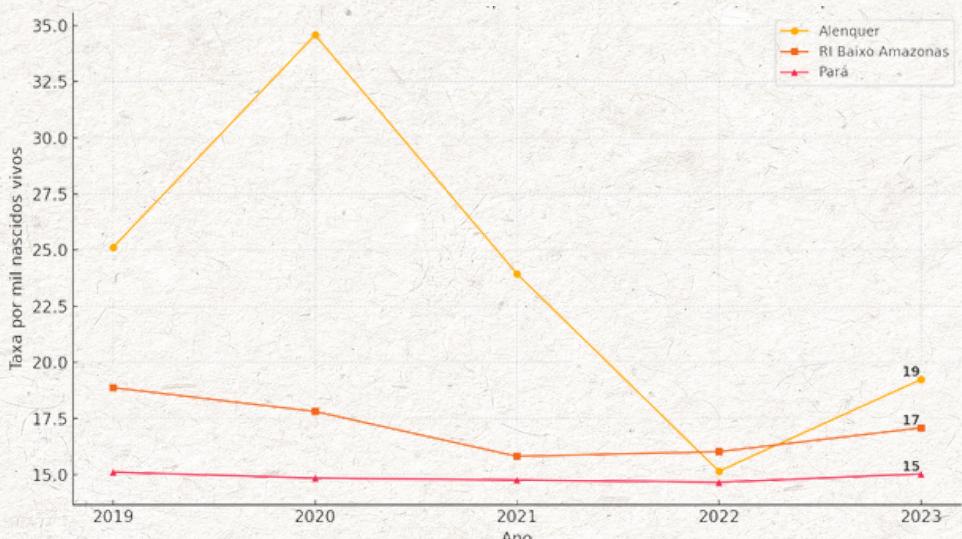
Em Alenquer, a taxa de mortalidade infantil partiu de 25,0 em 2019 e atingiu o pico de 34,5 em 2020. A partir desse ano, iniciou-se uma queda contínua, chegando a 16,0 em 2022. Em 2023, no entanto, houve novo aumento, com a taxa subindo para 19,0 por mil nascidos vivos. A RI Baixo Amazonas apresentou uma trajetória de queda moderada, passando de 18,9 em 2019 para 17,0 em 2023. Já o estado do Pará manteve relativa estabilidade, com a taxa oscilando entre 14,8 e 15,0 ao longo dos cinco anos (Gráfico 5).

Observa-se que Alenquer apresentou os valores mais elevados e as maiores oscilações. A redução entre 2020 e 2022 foi significativa, de 18,5 pontos, mas o novo crescimento em 2023 indica persistência de fragilidades. A RI apresentou melhora contínua e sustentada, enquanto o Pará manteve-se em patamar mais estável e inferior, sugerindo melhores condições estruturais de atenção à saúde infantil. O desempenho de Alenquer, embora com avanços, evidencia a necessidade de fortalecer o pré-natal, a atenção básica e os serviços de emergência neonatal (Gráfico 5).





Gráfico 5 - Taxa de Mortalidade Infantil (por mil nascidos vivos), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 19 Óbitos/Mil Nascido Vivos, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Óbitos/Mil Nascido Vivos. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Número de Médicos por 10 mil habitantes

Em 2019, Alenquer dispunha de 2,7 médicos por 10 mil habitantes. Esse número subiu para 3,2 em 2020, mas caiu nos anos seguintes, atingindo o menor valor em 2022, com apenas 1,9. Em 2023, houve leve recuperação, alcançando 2,2 médicos. Na RI Baixo Amazonas, o número partiu de 6,1 em 2019, manteve-se próximo disso até 2021, e depois cresceu, chegando a 8,0 médicos por 10 mil hab. em 2023. Já o estado do Pará apresentou evolução contínua, saindo de

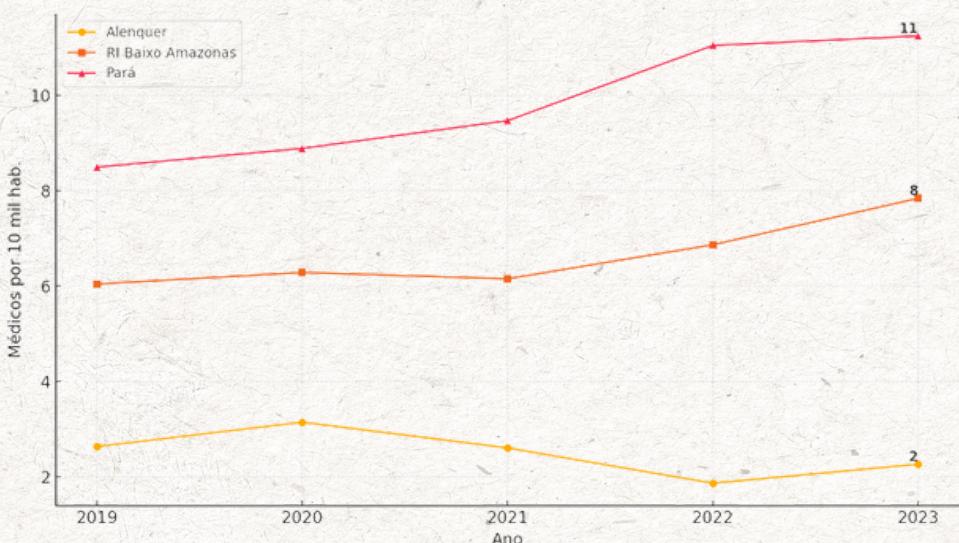
8,5 em 2019 e atingindo 11,0 em 2023 (Gráfico 6)

Alenquer se manteve com os menores índices ao longo de todo o período analisado. A queda entre 2020 e 2022, seguida de apenas leve melhora, reforça a dificuldade do município em manter profissionais médicos, especialmente em áreas remotas. A região e o estado apresentaram avanços consistentes, o que pode estar relacionado a políticas de interiorização e programas de provimento



médico. A baixa densidade médica em Alenquer compromete a efetividade da atenção primária, refletindo-se em indicadores como a mortalidade infantil (Gráfico 6).

Gráfico 6 - Número de Médicos por 10 mil habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Médicos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 10 Médicos/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.



ODS 4 EDUCAÇÃO DE QUALIDADE

O Objetivo 4 busca assegurar uma educação de qualidade, inclusiva e acessível a todas as pessoas, reconhecendo-a como uma das ferramentas mais eficazes para promover o desenvolvimento sustentável. Através da educação, é possível combater a pobreza, reduzir desigualdades e transformar realidades.

Assegurar a educação inclusiva e equitativa e de qualidade, e promover oportunidades de aprendizagem ao longo da vida para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 4**: Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes e Percentual de Escolas com Acesso à Internet.

Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes

Alenquer iniciou 2019 com 290 vagas por mil habitantes, manteve patamar elevado até 2021, com 293 vagas, mas registrou forte queda nos anos seguintes, chegando a 203 em 2023. A RI Baixo Amazonas apresentou estabilidade entre 2019 e 2021, com 276 vagas, porém também registrou queda até atingir 235 em 2023. O estado do Pará iniciou com 211 vagas em 2019, subiu para 219 em 2022 e terminou 2023 com 198, mantendo trajetória de leve declínio (Gráfico 7).

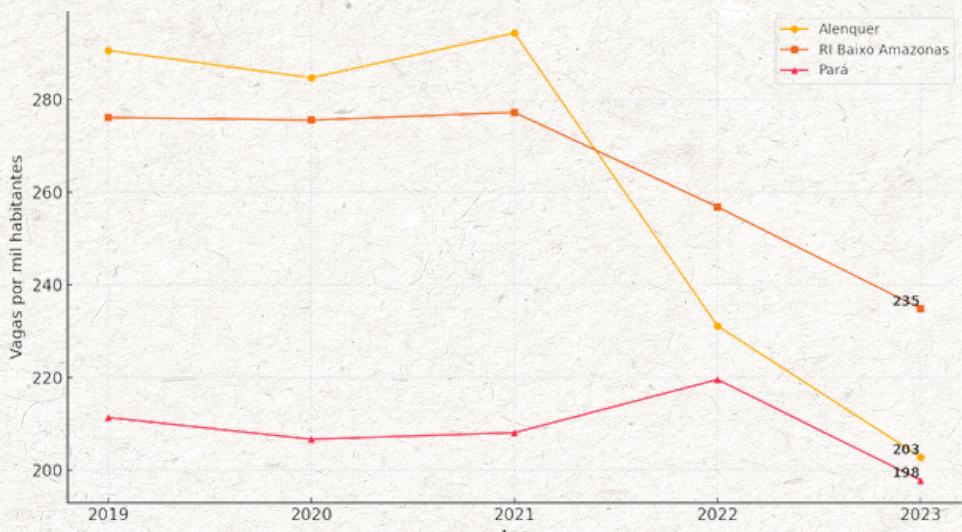
Embora Alenquer tenha ini-

ciado com desempenho superior, a redução de 90 vagas por mil habitantes entre 2021 e 2023 indica diminuição de oferta, podendo comprometer a cobertura escolar. A tendência também foi negativa na RI e no estado, ainda que em menor intensidade. Essa retração pode estar relacionada à reorganização da rede, queda na demanda ou restrições orçamentárias. O dado alerta para o risco de desassistência educacional e reforça a necessidade de políticas voltadas à ampliação do acesso escolar (Gráfico 7).





Gráfico 7 - Número de Vagas no Ensino Público por Mil Habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 203 Vagas/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 343 Vagas/Mil Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

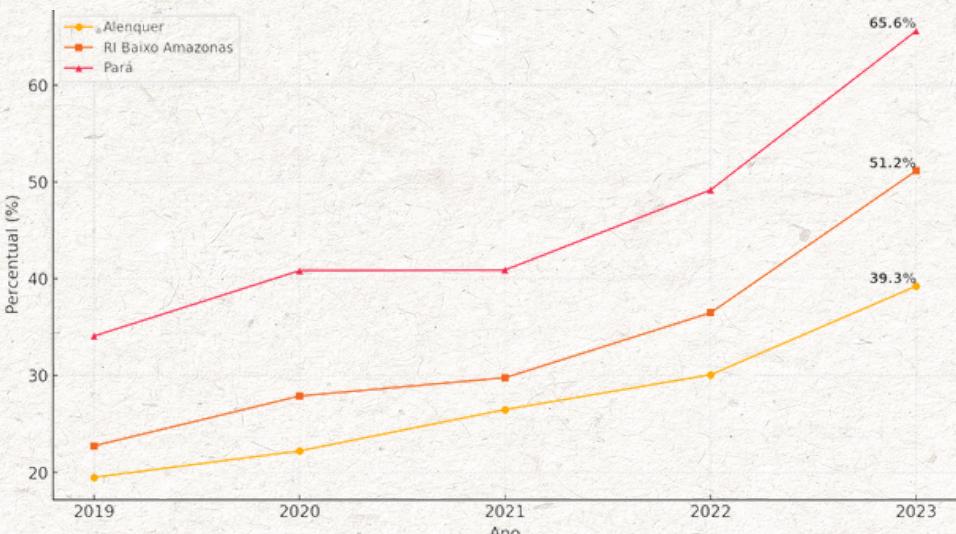
Percentual de Escolas com Acesso à Internet

Em 2019, apenas 19,3% das escolas em Alenquer possuíam acesso à internet. Esse percentual subiu para 22,3% em 2020 e 26,4% em 2021, mantendo crescimento até atingir 39,3% em 2023. A RI Baixo Amazonas iniciou com 23,0% em 2019 e terminou 2023 com 51,2%, também com crescimento constante. O estado do Pará apresentou a maior evolução, saindo de 34,1% em 2019 e alcançando 65,6% em 2023, um aumento de mais de 30 pontos percentuais no período (Gráfico 8).

Apesar do avanço em Alenquer, o município segue com o menor percentual de escolas conectadas entre os três níveis. A ampliação do acesso à internet nas escolas é um componente crucial para a melhoria da qualidade da educação, especialmente após o contexto de ensino remoto. A distância em relação aos percentuais estaduais indica desigualdade no acesso à infraestrutura digital, o que pode acentuar defasagens no aprendizado e comprometer a inclusão digital dos alunos (Gráfico 8).



Gráfico 8 - Percentual de Escolas com Acesso à Internet, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: INEP.

ODS 5 IGUALDADE DE GÊNERO

O Objetivo 5 tem como meta promover a igualdade de gênero, garantindo que homens e mulheres tenham liberdade para fazer suas escolhas e desfrutar dos mesmos direitos, responsabilidades e oportunidades. Mais do que um direito humano fundamental, a igualdade de gênero é considerada um dos pilares essenciais para a construção de uma sociedade justa e livre condição indispensável para acelerar o desenvolvimento sustentável. O empoderamento de mulheres e meninas gera um efeito multiplicador, contribuindo diretamente para o crescimento econômico e o avanço social.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 5**: Violência Contra a Mulher por Parceiros e Percentual de Cargos Ocupados Por Mulheres.

Alcançar a igualdade de gênero e empoderar todas as mulheres e meninas.



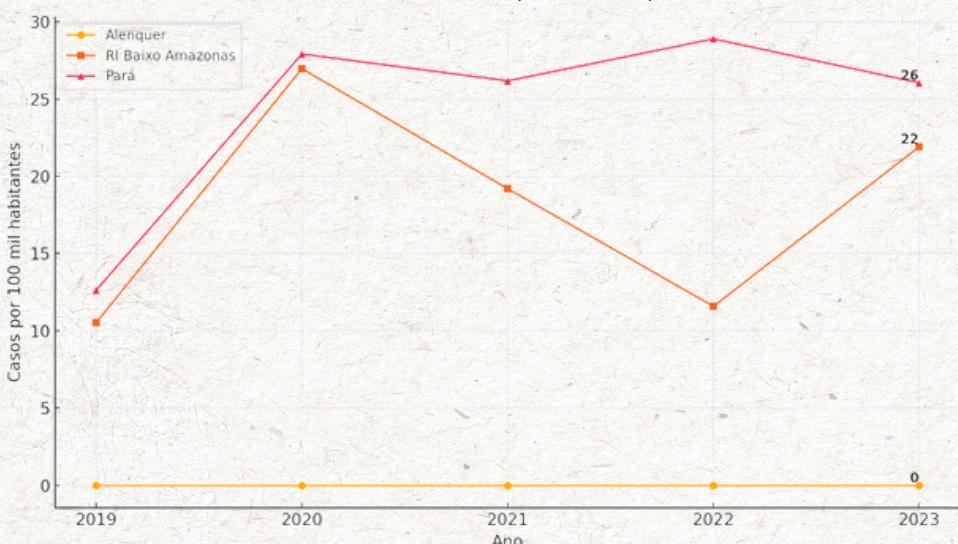
Violência Contra a Mulher por Parceiros

No município de Alenquer, não foram registrados casos de violência contra a mulher por parceiros ao longo de todo o período analisado, mantendo-se em zero de 2019 a 2023. Já na Região de Integração Baixo Amazonas, o número de casos passou de 10,6 em 2019 para 27,0 em 2020. Em seguida, houve queda para 19,3 em 2021 e 11,7 em 2022, encerrando 2023 com 22,0 casos por 100 mil habitantes. O estado do Pará apresentou tendência mais estável, saindo de 12,5 em 2019 e encerrando 2023 com 26,0, após atingir pico de 28,8 em 2022 (Gráfico 9).



A ausência de registros em Alenquer não deve ser interpretada como inexistência do problema. É provável que haja subnotificação ou ausência de canais eficientes de denúncia e acolhimento. A RI apresentou oscilações acentuadas, refletindo variações na denúncia e na atuação das redes de proteção. O Pará, por sua vez, mantém níveis elevados desde 2020, exigindo atenção contínua às políticas de enfrentamento à violência de gênero. A análise sugere necessidade de fortalecimento institucional e campanhas de conscientização nos territórios (Gráfico 9).

Gráfico 9 - Violência Contra a Mulher por Parceiros, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATA SUS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0 Pessoas/100 Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoas/100 Mil Hab. Portanto, a meta foi alcançada.

Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres

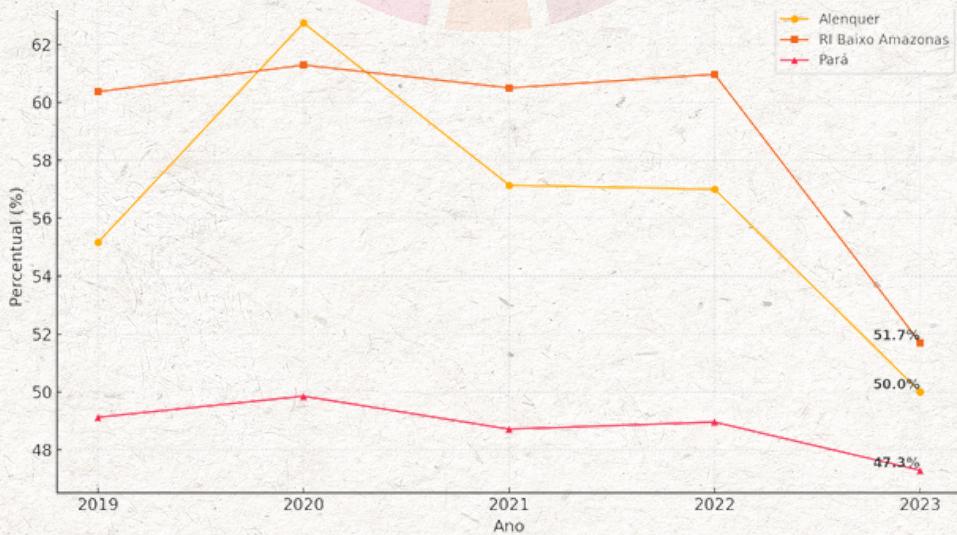
Alenquer apresentou variação significativa no indicador, iniciando com 55,2% em 2019, subindo para 62,7% em 2020. A partir de 2021, o percentual caiu progressivamente, atingindo 57,2% em 2022 e finalizando 2023 com 50,0%. A RI Baixo Amazonas teve comportamento mais estável, com 60,4% em 2019 e leve aumento para 61,1% em 2023. O estado do Pará apresentou os menores percentuais, variando de 49,0% em 2019 a 47,3% em 2023, com pouca oscilação (Gráfico 10).





Alenquer se destacou positivamente até 2020, superando as médias regional e estadual. A queda nos anos seguintes, porém, aproxima o município do patamar estadual. A RI manteve um cenário mais consistente, acima de 60%, o que pode indicar maior permanência ou estabilidade das mulheres em cargos de liderança. Já o Pará, com desempenho mais baixo, reforça a desigualdade de gênero no acesso a posições de decisão. A queda em Alenquer exige atenção quanto à permanência e valorização da liderança feminina (Gráfico 10).

**Gráfico 10 - Percentual de Cargos Gerenciais Ocupados Por Mulheres,
Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)**



Fonte: RAIS.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 50%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 50%. Portanto, a meta foi alcançada.



ODS 6 ÁGUA POTÁVEL E SANEAMENTO

O Objetivo 6 tem como foco assegurar o acesso universal à água potável, reconhecendo que a água está no centro do desenvolvimento sustentável em suas dimensões ambiental, econômica e social. Os recursos hídricos e os serviços relacionados são fundamentais para erradicar a pobreza, impulsionar o crescimento econômico e garantir a sustentabilidade ambiental. Ter acesso à água e ao saneamento é essencial para a dignidade humana, impactando diretamente áreas como segurança alimentar, energia, saúde pública e preservação do meio ambiente.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 6**: Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto e Gasto Municipal com Saneamento per capita.

Garantir disponibilidade e manejo sustentável da água e saneamento para todos.

Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto

Em Alenquer, a cobertura de coleta de esgoto para a população de baixa renda permaneceu em níveis extremamente baixos e constantes, com apenas 0,2% durante todo o período de 2019 a 2023. A Região de Integração Baixo Amazonas apresentou um crescimento leve, saindo de 1,5% em 2019 para 2,2% em 2023. O estado do Pará registrou evolução mais significativa, com aumento de 7,0% em 2019 para 11,5% em 2023, o que representa um crescimento de 4,5 pontos percentuais em cinco anos (Gráfico 11).

A estagnação em Alenquer evidencia uma situação crítica de exclusão sanitária entre os mais vulneráveis. Mesmo com leve avanço na RI e progresso mais expressivo no estado, os níveis de cobertura permanecem baixos, revelando o grande desafio da universalização do saneamento. A baixa coleta de esgoto entre famílias de baixa renda agrava os riscos sanitários e sociais, comprometendo indicadores de saúde pública. A superação dessa desigualdade requer investimentos estruturais e políticas focalizadas na inclusão territorial (Gráfico 11).

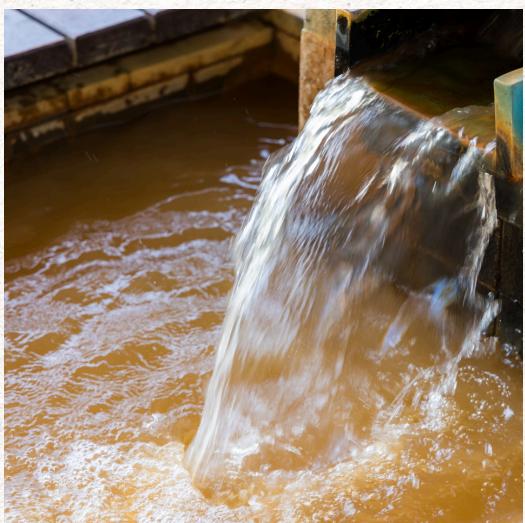
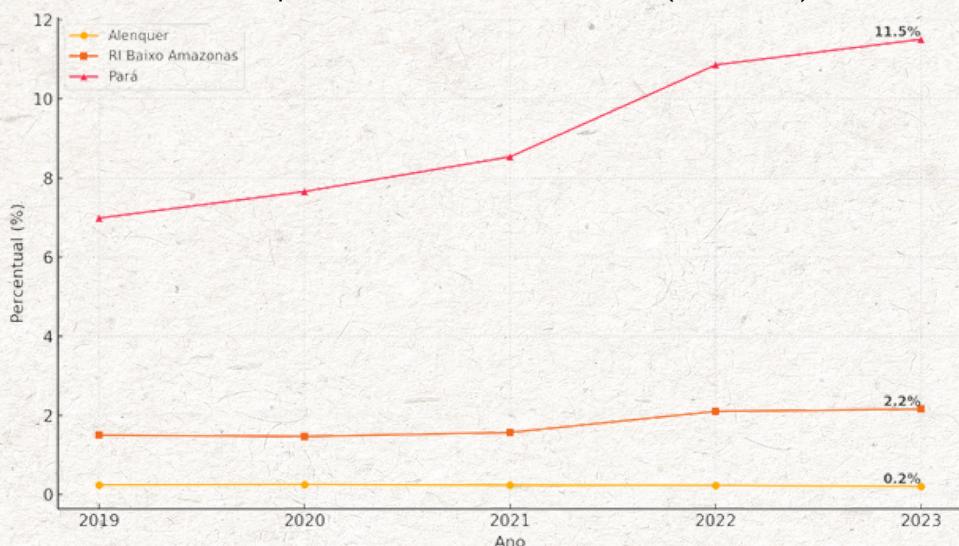




Gráfico 11 - Percentual da População de Baixa Renda com Coleta de Esgoto, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADÚNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 0,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 100%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Gasto Municipal com Saneamento per capita

Alenquer iniciou com R\$ 6 por habitante em 2019, subiu para R\$ 9 em 2020, caiu para R\$ 7 em 2021 e R\$ 6 em 2022, terminando com R\$ 4 em 2023. A RI Baixo Amazonas partiu de R\$ 33 em 2019, caiu para R\$ 17 em 2020, chegou ao menor valor de R\$ 10 em 2021 e subiu até R\$ 24 em 2023. O estado do Pará apresentou os maiores valores e maior variação, com R\$ 80 em 2019, pico de R\$ 154 em 2022 e queda para R\$ 137 em 2023 (Gráfico 12).

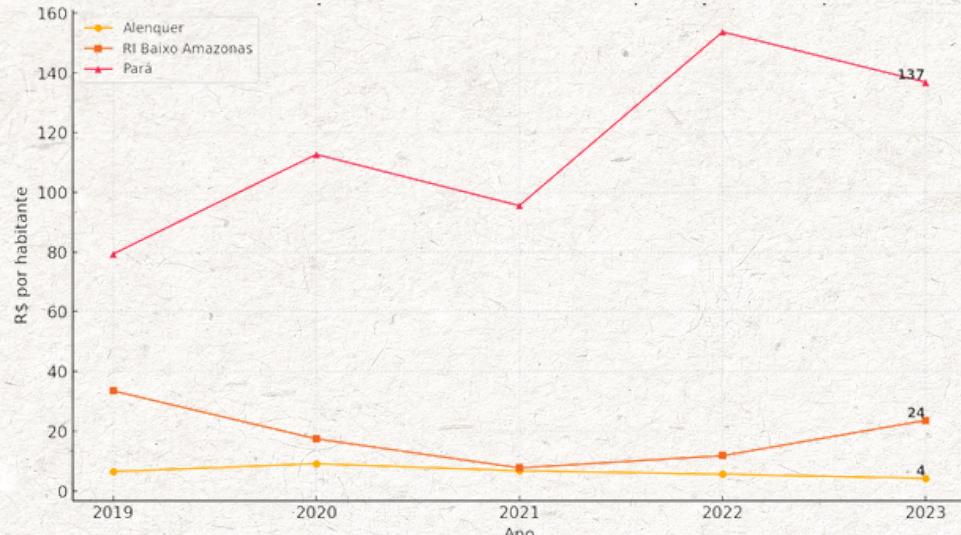
A análise mostra que Alen-

quer apresenta os menores investimentos em saneamento básico entre os três níveis, com tendência de queda nos últimos dois anos. A RI tem trajetória instável, mas conseguiu melhorar os aportes recentemente. O Pará se destaca pelos altos investimentos, ainda que irregulares. A disparidade entre os territórios aponta para desigualdade na capacidade fiscal ou na priorização orçamentária, o que impacta diretamente a expansão da infraestrutura e os serviços básicos de saneamento (Gráfico 12).





Gráfico 12 - Gasto Municipal com Saneamento per capita, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 4/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 60/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS 7 ENERGIA LIMPA E ACESSÍVEL

Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.)

O Objetivo 7 tem como meta garantir o acesso universal a uma energia acessível, confiável, sustentável e renovável. Presente em quase todos os aspectos da vida moderna, a energia desempenha um papel essencial no cotidiano de um mundo globalizado. Por isso, é fundamental promover fontes limpas e acessíveis que não causem danos ao meio ambiente, contribuindo para um futuro mais sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 7**: Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.) e Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil.

Garantir acesso à energia barata, confiável, sustentável e renovável para todos.

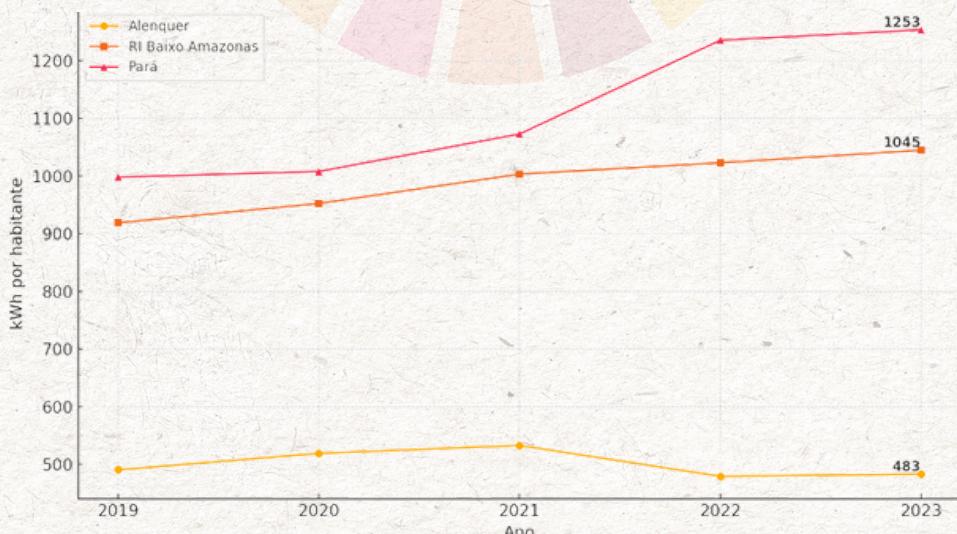


Em Alenquer, o consumo de energia elétrica por habitante iniciou em 489 kWh em 2019, subiu para 523 kWh em 2021 e depois caiu para 475 kWh em 2022, finalizando 2023 com 483 kWh. Já na RI Baixo Amazonas, o consumo aumentou continuamente, de 918 kWh em 2019 para 1.045 kWh em 2023. O estado do Pará também apresentou elevação expressiva, partindo de 1.000 kWh em 2019 e alcançando 1.253 kWh em 2023 (Gráfico 13).



O desempenho de Alenquer contrasta com a tendência de crescimento regional e estadual. A queda após 2021 pode refletir dificuldades de acesso, menor crescimento urbano ou limitações na infraestrutura elétrica. A RI e o estado mostram aumento sustentado, o que pode estar ligado à ampliação da rede e ao crescimento da atividade econômica. A disparidade indica vulnerabilidade energética no município, o que compromete o conforto e a qualidade de vida da população local (Gráfico 13).

Gráfico 13 - Consumo de Energia Elétrica per capita (KWh/hab.), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: EQUATORIAL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 483 kWh/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 3.000 kWh/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

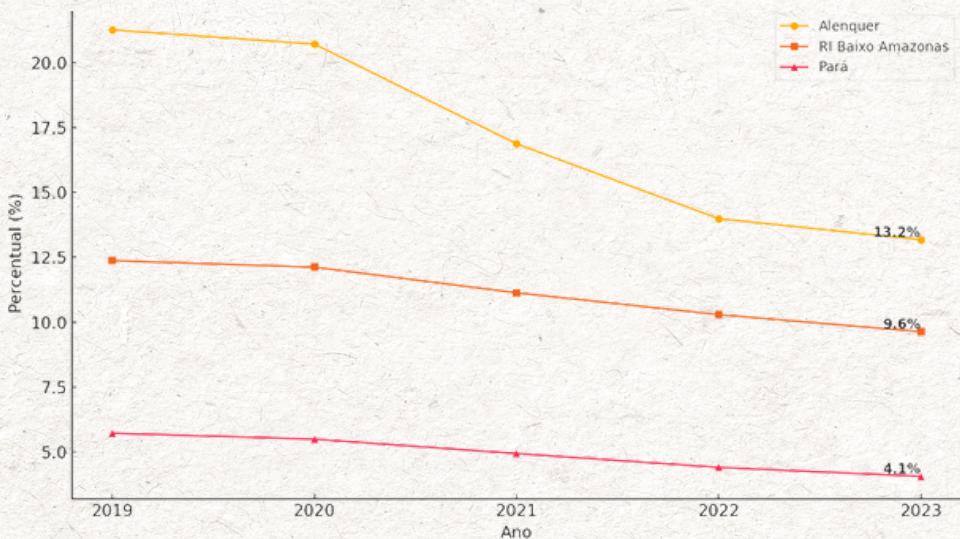
Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil

Em 2019, 21,3% dos domicílios de baixa renda em Alenquer utilizavam iluminação fóssil. Esse percentual caiu para 20,8% em 2020, 17,0% em 2021, 13,9% em 2022 e 13,2% em 2023. Na RI Baixo Amazonas, o indicador foi reduzido de 12,4% em 2019 para 9,6% em 2023. No estado do Pará, o percentual partiu de 5,8% em 2019 e atingiu 4,1% em 2023 (Gráfico 14).



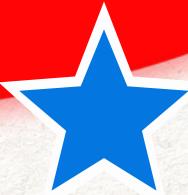
Embora Alenquer tenha registrado melhora contínua, segue com a maior proporção de domicílios de baixa renda dependentes de fontes fósseis. A diferença em relação ao estado é significativa, com quase 10 pontos percentuais a mais em 2023. Isso evidencia deficiências na universalização do acesso à energia elétrica. A redução progressiva do indicador, contudo, aponta para avanços nos últimos anos, ainda que insuficientes para superar o déficit histórico de infraestrutura elétrica no município (Gráfico 14).

Gráfico 14 - Percentual de Domicílios de Baixa Renda com Iluminação Fóssil, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 13,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

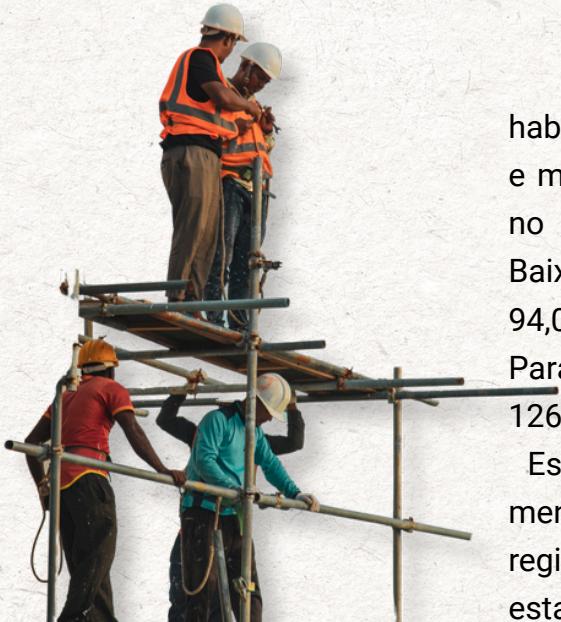


ODS 8 EMPREGO DECENTE E CRESCIMENTO ECONÔMICO

O ODS 8 da ONU tem como objetivo principal promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, além de garantir emprego pleno, produtivo e trabalho decente para todas as pessoas. No centro do conceito de trabalho decente está a igualdade de oportunidades e de tratamento entre homens e mulheres, assim como o combate a todas as formas de discriminação. Ao acessar oportunidades de trabalho digno, as populações mais vulneráveis podem romper o ciclo da desigualdade, contribuindo para a estabilidade, a sustentabilidade dos países e o crescimento econômico da sociedade como um todo.

Promover o crescimento econômico sustentado, inclusivo e sustentável, emprego pleno e produtivo, e trabalho decente para todos.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 8**: Empregos Formais por Mil Habitantes e PIB per capita.



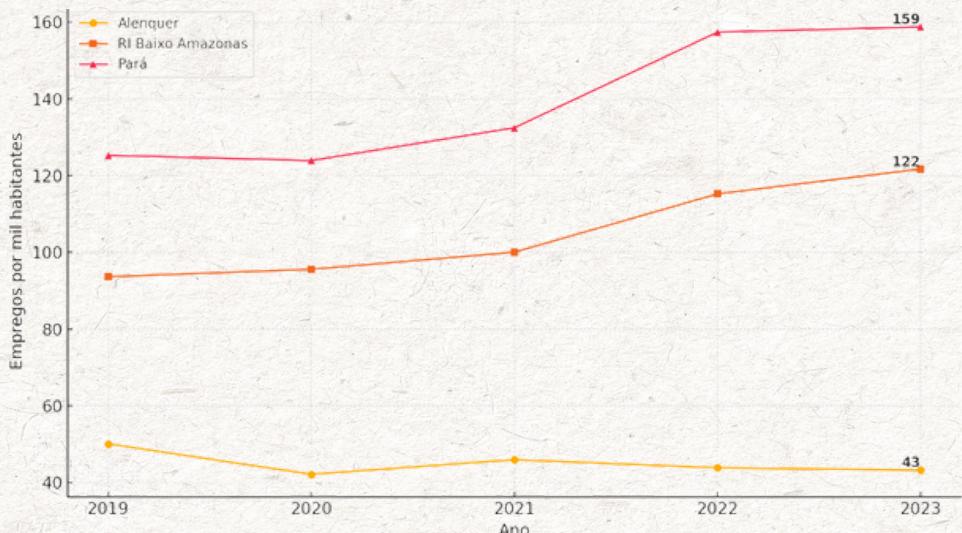
Empregos Formais por Mil Habitantes

Em Alenquer, a densidade de empregos formais por mil habitantes era de 50,0 em 2019, recuou para 43,0 em 2020, e manteve-se estável nos anos seguintes, finalizando 2023 no mesmo patamar de 43,0. Já a Região de Integração Baixo Amazonas mostrou crescimento contínuo, partindo de 94,0 em 2019 e alcançando 122,0 em 2023. O estado do Pará apresentou também elevação expressiva, passando de 126,0 em 2019 para 159,0 em 2023 (Gráfico 15).

Esse cenário evidencia que Alenquer manteve um dos menores níveis de formalização do trabalho na comparação regional e estadual. Enquanto a RI cresceu 28 pontos e o estado do Pará avançou 33 pontos no período, Alenquer permaneceu estagnado. Isso revela fragilidades estruturais do mercado de trabalho local, com forte informalidade e baixa absorção da força de trabalho pelos setores com vínculo empregatício. A diferença entre Alenquer e o Pará em 2023 é de 116 empregos por mil habitantes, um reflexo direto da baixa diversificação econômica do município (Gráfico 15).



Gráfico 15 - Empregos Formais por Mil Habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 43 Empregos/Mil Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 200 Empregos/Mil Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

PIB per capita

O município de Alenquer apresentou crescimento no PIB per capita entre 2018 e 2021, partindo de R\$ 10.025 para R\$ 12.860. Em 2022, contudo, o indicador caiu para R\$ 10.902, anulando parte do avanço anterior. A Região de Integração Baixo Amazonas teve trajetória ascendente mais consistente, com aumento de R\$ 15.447 em 2018 para R\$ 19.876 em 2022. O estado do Pará apresentou forte expansão, saltando de R\$ 19.098 para R\$ 33.954 no mesmo intervalo, crescimento absoluto

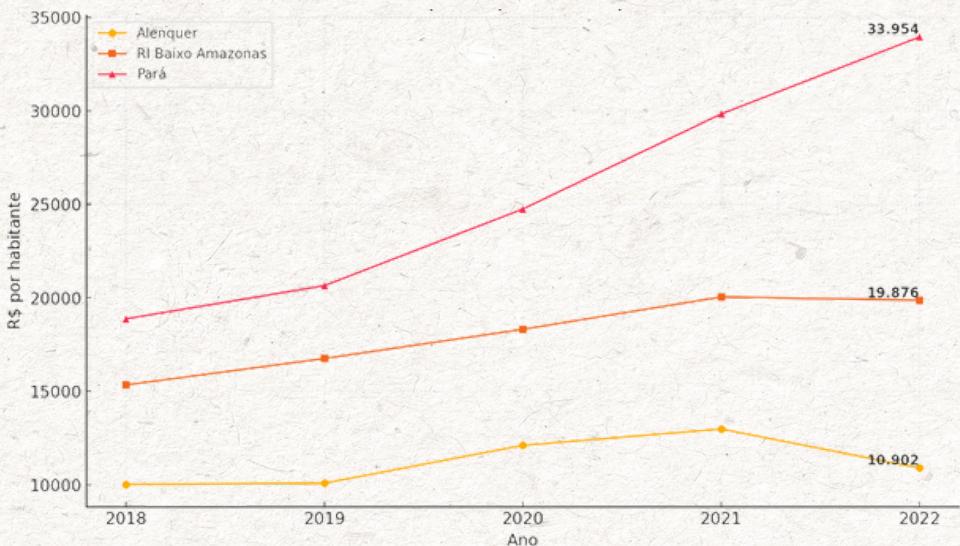
de R\$ 14.856 por habitante (Gráfico 16).

A evolução do PIB per capita revela que Alenquer teve desempenho modesto e irregular frente ao contexto estadual. Embora tenha registrado crescimento em três anos consecutivos, a retração em 2022 sugere vulnerabilidade da economia local diante de choques externos. A RI demonstrou maior robustez, mantendo crescimento mesmo em períodos adversos. O avanço expressivo do Pará está associado à ex-





Gráfico 16 - PIB per capita, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 10.902/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 32.789/Hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS 9 INDÚSTRIA, INOVAÇÃO E INFRAESTRUTURA

Com o objetivo de impulsionar o progresso de forma sustentável em escala global, o Objetivo 9 propõe a construção de infraestruturas resilientes, a promoção de uma industrialização inclusiva e sustentável, e o incentivo à inovação. Investimentos em infraestrutura e inovação são fundamentais para o crescimento econômico e o desenvolvimento dos países. Diante de um cenário em que mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas, torna-se cada vez mais necessário investir em transporte público eficiente, energias renováveis, novas tecnologias e indústrias. O avanço tecnológico é essencial para enfrentar os desafios econômicos e ambientais, além de gerar empregos e aumentar a eficiência energética. Apostar em indústrias sustentáveis e em pesquisa científica e inovação é um passo decisivo para conciliar desenvolvimento econômico, inclusão social e preservação ambiental.

Construir infraestrutura resiliente, promover a industrialização inclusiva e sustentável, e fomentar a inovação.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 9**: Valor Adicionado da Indústria (% do PIB) e Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes.



Valor Adicionado da Indústria (% do PIB)



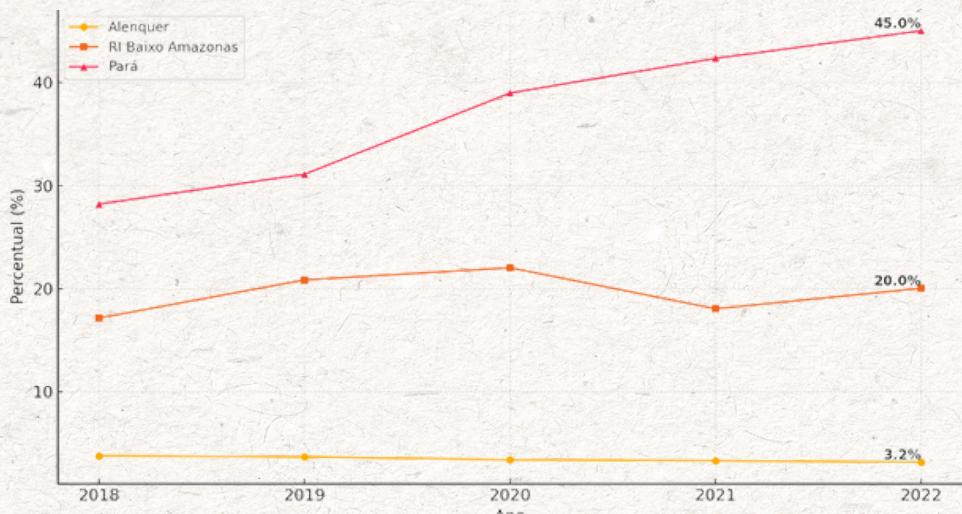
Em Alenquer, a participação da indústria no PIB foi a menor entre os três territórios, iniciando com 3,6% em 2018 e recuando para 3,2% em 2022. O indicador manteve estabilidade durante os cinco anos, com variações de décimos de ponto percentual. A RI Baixo Amazonas, por sua vez, apresentou percentuais bem mais elevados, iniciando com 17,4% e chegando a 20,0% em 2022, com pico de 22,2% em 2020. O estado do Pará demonstrou expressiva elevação, partindo de 28,2% em 2018 para 45,0% em 2022, um ganho de 16,8 pontos percentuais (Gráfico 17).

O desempenho de Alenquer evidencia a fragilidade do setor industrial no município, cuja economia está pouco conectada à produção de bens manufaturados ou à transformação de recursos naturais. A estabilidade em patamares baixos sugere ausência de investimentos industriais relevantes. A RI, embora com oscilação, sustenta presença industrial moderada. O Pará, em contraste, vive um processo intenso de industrialização, alavancado por grandes projetos extrativistas e de infraestrutura, que não irradiam com a mesma intensidade para municípios com baixa estrutura produtiva como Alenquer (Gráfico 17).





Gráfico 17 - Valor Adicionado da Indústria (% do PIB), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 3,2%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 15%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes

Em Alenquer, o número de profissionais da ciência por 100 mil habitantes caiu de 16,8 em 2019 para apenas 5,0 em 2023. Após uma leve queda em 2020 (14,3), houve recuperação parcial em 2021 (16,0), seguida de queda acentuada em 2022 (5,2), mantendo-se baixa em 2023. A RI Baixo Amazonas apresentou estabilidade entre 2019 e 2021



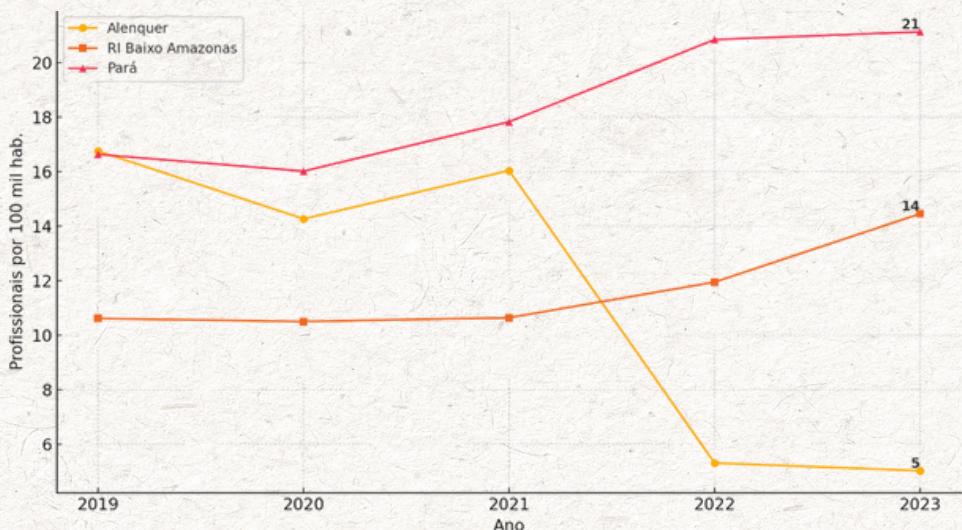
(cerca de 10,6), com crescimento posterior, atingindo 14,3 em 2023. O estado do Pará, por sua vez, mostrou trajetória ascendente, passando de 16,7 em 2019 para 21,0 em 2023 (Gráfico 18).

A forte queda em Alenquer revela enfraquecimento do capital humano qualificado em atividades científicas, o que pode comprometer a inovação e a capacidade técnica local. Enquanto isso, a RI e o estado avançaram, com destaque para o Pará, que apresentou crescimento contínuo a partir de 2020. A diferença entre Alenquer e o estado chegou a 16 pontos em 2023, refletindo concentração de profissionais em centros urbanos maiores. A retração no município pode estar associada à evasão de talentos, falta de oportunidades ou ausência de políticas de estímulo à ciência (Gráfico 18).





Gráfico 18 - Profissionais da Ciência por 100 mil habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 5 Pessoas/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 21 Pessoas/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

ODS10 REDUÇÃO DAS DESIGUALDADES

O Objetivo 10 tem como foco reduzir as desigualdades sociais, tanto dentro dos países quanto entre eles. Diminuir a diferença entre os mais ricos e os mais pobres é essencial para a construção de um mundo mais justo e igualitário, onde todas as pessoas tenham acesso às mesmas oportunidades e condições de desenvolvimento.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 10:** Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB).

Reducir a desigualdade dentro dos países e entre eles





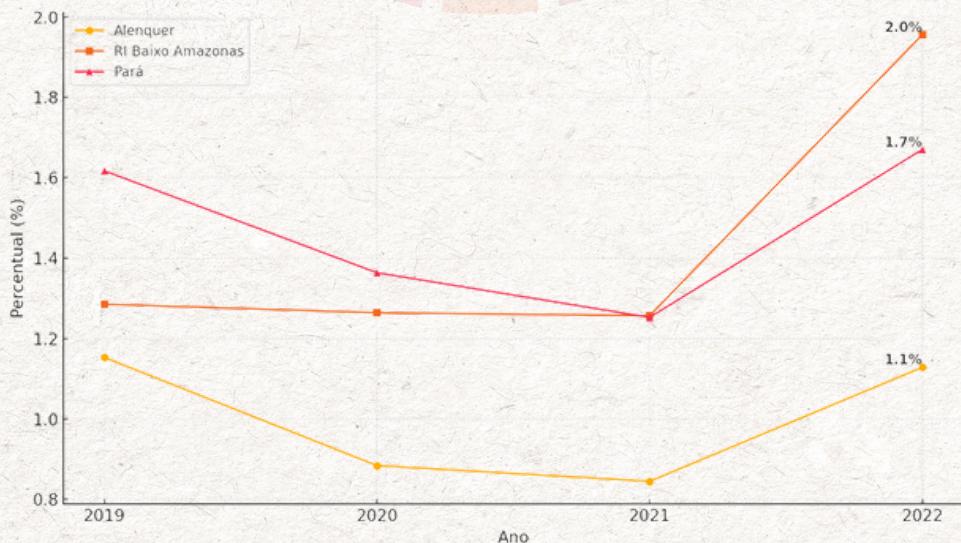
Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB)

A massa salarial dos vínculos formais em Alenquer representava 1,16% do PIB em 2019, recuando para 0,89% em 2020 e para 0,84% em 2021. Em 2022, o indicador apresentou leve recuperação, alcançando 1,1%. Na RI Baixo Amazonas, os percentuais oscilaram entre 1,28% em 2019 e 2,00% em 2022, com crescimento expressivo neste último ano. O estado do Pará teve retração de 1,62% em 2019 para 1,26% em 2021, retomando para 1,70% em 2022 (Gráfico 19).

O comportamento da massa salarial em A-

lenquer revela baixa contribuição do trabalho formal na geração de riqueza local. Enquanto a RI e o estado retomaram níveis mais altos, impulsionados por maior formalização e remunerações, Alenquer permanece com baixa participação. Isso reforça a predominância do emprego informal ou de setores com baixa remuneração média no município. A discrepância também pode refletir baixa industrialização e serviços pouco dinâmicos, limitando o papel da força de trabalho formal no crescimento econômico (Gráfico 19).

**Gráfico 19 - Massa Salarial dos Vínculos Formais (% do PIB),
Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2022)**



Fonte: RAIS e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 1,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 5%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 11 CIDADES E COMUNIDADES SUSTENTÁVEIS

O Objetivo 11 tem como meta tornar as cidades e comunidades mais sustentáveis. Até 2030, a proposta é transformar os centros urbanos e os assentamentos humanos em espaços mais inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis. Atualmente, mais da metade da população mundial vive em áreas urbanas são cerca de 4,4 bilhões de pessoas, o que representa 56,2% da população global, segundo a ONU. A previsão é que, até 2050, esse número chegue a 6,5 bilhões, ou dois terços da humanidade. Diante desse cenário, é fundamental voltar a atenção para essas regiões, que muitas vezes também concentram altos índices de pobreza extrema.

Tornar as cidades e os assentamentos humanos inclusivos, seguros, resilientes e sustentáveis.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 11**: Acesso à Telefonia Móvel e Despesa Pública por capita com Cultura e Gestão Ambiental.

Acesso à Telefonia Móvel

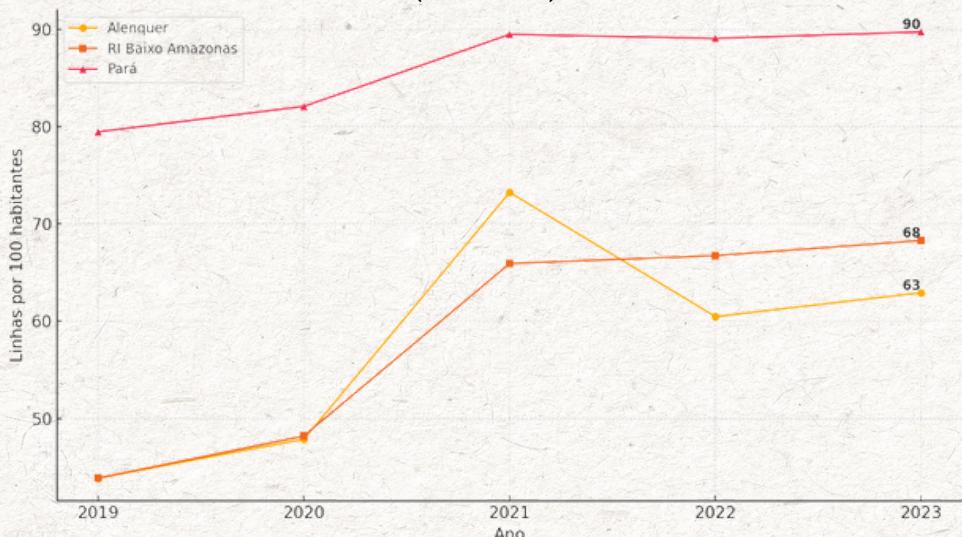
Em Alenquer, o acesso à telefonia móvel aumentou de 43,9 em 2019 para 73,2 em 2021, representando um crescimento expressivo de quase 30 linhas por 100 habitantes. Nos anos seguintes, o indicador recuou para 60,5 em 2022, voltando a subir levemente para 63,0 em 2023. A RI Baixo Amazonas apresentou crescimento contínuo no período, passando de 43,6 em 2019 para 68,2 em 2023. O estado do Pará mostrou o melhor desempenho, saindo de 79,4 em 2019 e atingindo 90,0 linhas por 100 habitantes em 2023 (Gráfico 20).

O comportamento de Alenquer revela um avanço inicial importante na inclusão digital, porém com perda de fôlego a partir de 2022. A redução pode estar relacionada à instabilidade na oferta de serviços, custos de manutenção ou retração na aquisição de novas linhas. A RI conseguiu manter crescimento gradual, enquanto o Pará se manteve em patamar elevado e crescente. A diferença entre Alenquer e o estado em 2023 é de 27 linhas, evidenciando uma lacuna que precisa ser superada com investimentos em conectividade e cobertura (Gráfico 20).





Gráfico 20 - Acesso à Telefonia Móvel, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 63 Linhas/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 108 Linhas/100 hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

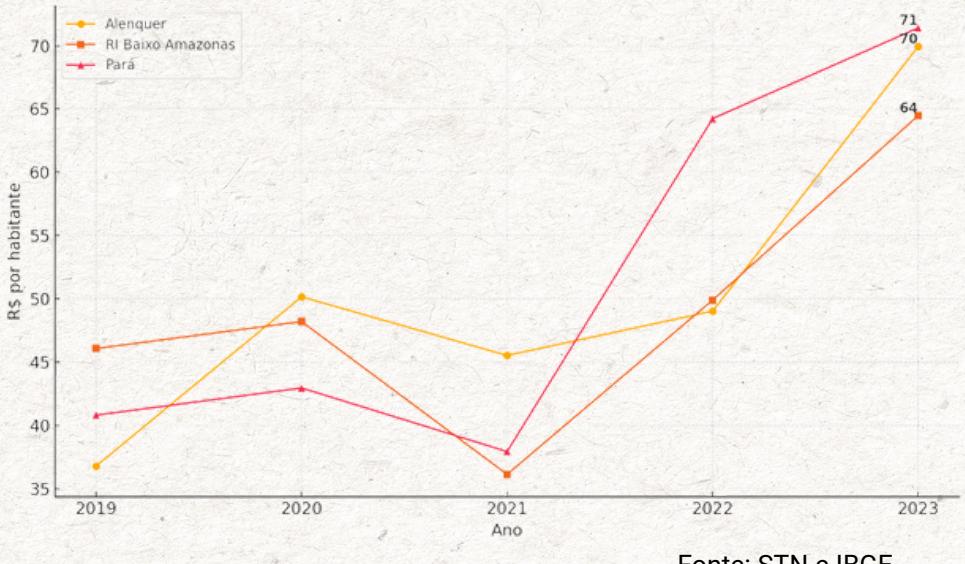
Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental

Alenquer investiu R\$ 36,6 por habitante em 2019 em cultura e gestão ambiental, elevando esse valor para R\$ 50,2 em 2020. Após uma queda para R\$ 45,7 em 2021, o município voltou a aumentar os investimentos, atingindo R\$ 70,0 em 2023. A RI Baixo Amazonas seguiu tendência semelhante, indo de R\$ 46,1 em 2019 para R\$ 64,0 em 2023. O Pará mostrou crescimento consistente, com destaque para a alta entre 2021 (R\$ 37,8) e 2022 (R\$ 64,3), chegando a R\$ 71,0 em 2023 (Gráfico 21).

A evolução do indicador revela maior atenção das gestões locais à cultura e ao meio ambiente a partir de 2022. Alenquer manteve-se próximo da média regional e estadual nos últimos dois anos, após oscilações. O crescimento pode estar vinculado a políticas de incentivo cultural e exigências regulatórias ambientais. A ampliação dos investimentos é positiva, mas a manutenção desses patamares requer planejamento orçamentário e estratégias integradas para fortalecer o papel desses setores no desenvolvimento sustentável (Gráfico 21).



Gráfico 21 - Despesa Pública per capita com Cultura e Gestão Ambiental, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 70/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 93/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

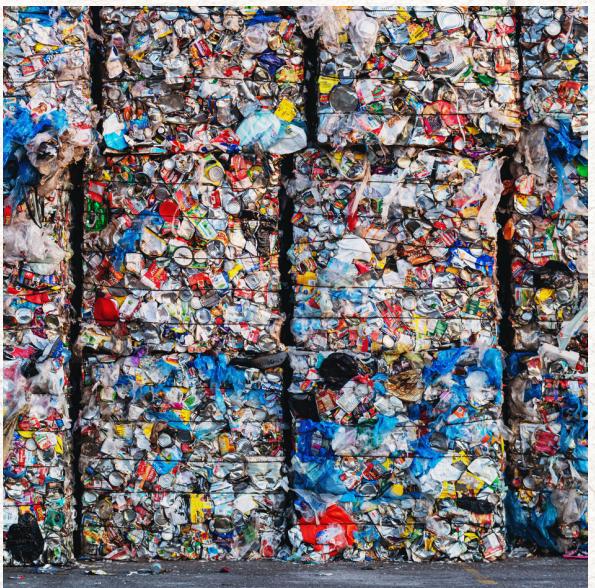
Fonte: STN e IBGE.

ODS12 CONSUMO E PRODUÇÃO RESPONSÁVEIS

O Objetivo 12 propõe a transformação dos atuais padrões de consumo e produção, reconhecendo essa mudança como essencial para o uso eficiente dos recursos naturais. Um dos focos centrais é melhorar a forma como lidamos com resíduos tóxicos e poluentes, garantindo um descarte adequado e menos prejudicial ao meio ambiente. Para atingir essa meta até 2030, é fundamental incentivar indústrias, empresas e consumidores a adotar práticas mais sustentáveis, como a reciclagem e a redução do desperdício.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao ODS 12: Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo e População de Baixa Renda com fossa rudimentar.

Assegurar padrões de produção e de consumo sustentáveis.



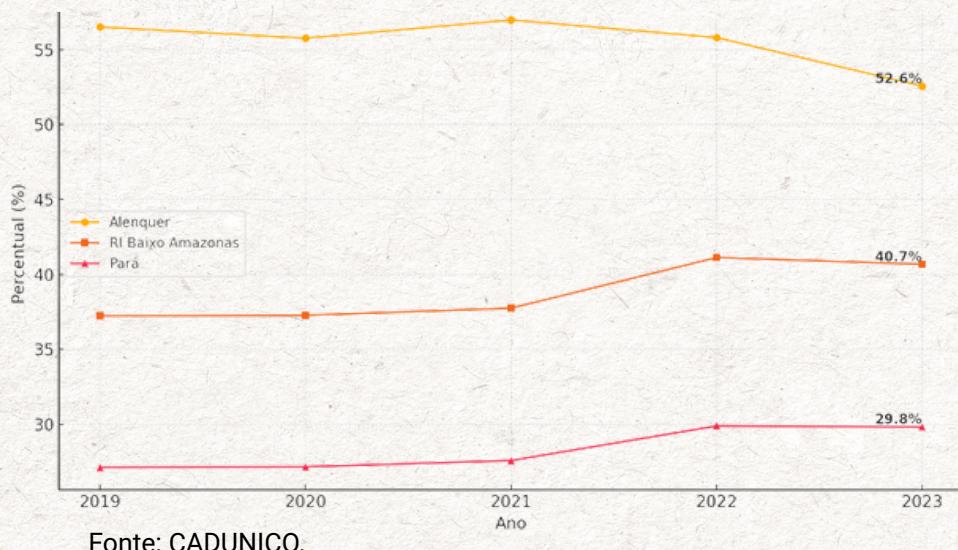


Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo

Em Alenquer, o percentual de pessoas de baixa renda que queimam ou enterram lixo manteve-se elevado ao longo dos cinco anos. Em 2019, o indicador era de 56,5%, oscilando levemente até alcançar 52,6% em 2023, uma redução de apenas 3,9 pontos. A RI Baixo Amazonas iniciou com 37,2% em 2019, apresentando crescimento até atingir 40,7% em 2023. O estado do Pará manteve os menores percentuais, saindo de 26,8% em 2019 e alcançando 29,8% em 2023 (Gráfico 22).

Apesar da leve redução, Alenquer permanece com níveis muito altos de destinação inadequada de resíduos entre os mais pobres. O número representa mais da metade da população vulnerável lidando com o lixo de forma insalubre. A RI também registrou piora, ao contrário do desejado. O cenário evidencia falhas estruturais na coleta e no acesso aos serviços públicos de limpeza urbana, o que reforça a urgência de investimentos em políticas de resíduos sólidos e inclusão das famílias de baixa renda no sistema regular de coleta (Gráfico 22).

Gráfico 22 - Pessoas de Baixa Renda que queimam ou enterram lixo, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 52,6%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

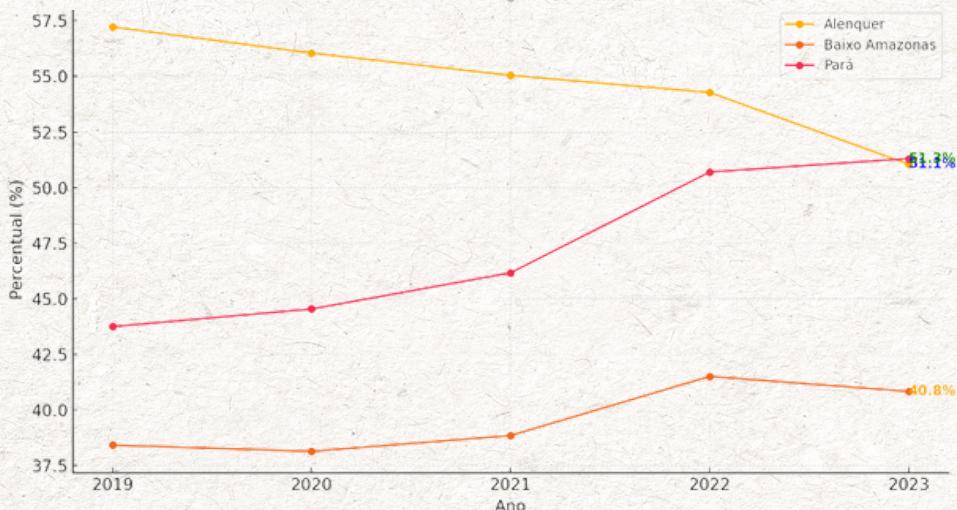


População de Baixa Renda com fossa rudimentar

O município de Alenquer iniciou 2019 com 57,3% da população de baixa renda utilizando fossa rudimentar. Esse percentual caiu de forma gradual, chegando a 54,9% em 2022 e encerrando 2023 com 51,1%. A RI Baixo Amazonas oscilou pouco, partindo de 38,4% em 2019 e encerrando 2023 com 40,8%. O estado do Pará apresentou tendência contrária à esperada, com crescimento de 43,7% para 51,2% no mesmo período, ultrapassando a média regional no último ano (Gráfico 23).

A redução em Alenquer é positiva, mas insuficiente diante do patamar elevado de precariedade no saneamento básico. Mais da metade da população de baixa renda ainda depende de soluções sanitárias inadequadas. A RI mostra maior estabilidade, porém com níveis também preocupantes. O avanço do indicador no estado é alarmante, indicando expansão da vulnerabilidade sanitária. A situação reforça a urgência de investimentos em esgotamento sanitário para as populações marginalizadas, com foco especial nos pequenos e médios municípios (Gráfico 23).

Gráfico 23 - População de Baixa Renda com fossa rudimentar, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 51,1%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 13 AÇÃO CONTRA A MUDANÇA GLOBAL DO CLIMA

O Objetivo 13 destaca a urgência de adotar medidas concretas para combater as mudanças climáticas e seus impactos em escala global. Independentemente de seu peso político, econômico ou geográfico, todos os países enfrentam as consequências das alterações no clima. Entre as principais causas estão a queima de combustíveis fósseis em veículos, indústrias e usinas termelétricas, as queimadas, o desmatamento e a poluição gerada pela agropecuária intensiva, especialmente pela criação de animais ruminantes. Essas atividades estão diretamente ligadas à emissão de gases de efeito estufa, responsáveis pelas chamadas mudanças climáticas antropogênicas, aquelas causadas pela ação humana, que se intensificaram a partir da Revolução Industrial, no final do século XVIII.

Tomar medidas urgentes para combater a mudança do clima e seus impactos (reconhecendo que a Convenção Quadro das Nações Unidas sobre Mudança do Clima (UNFCCC) é o fórum internacional intergovernamental primário para negociar a resposta global à mudança do clima).

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 13**: Gastos per capita com prevenção de desastres.



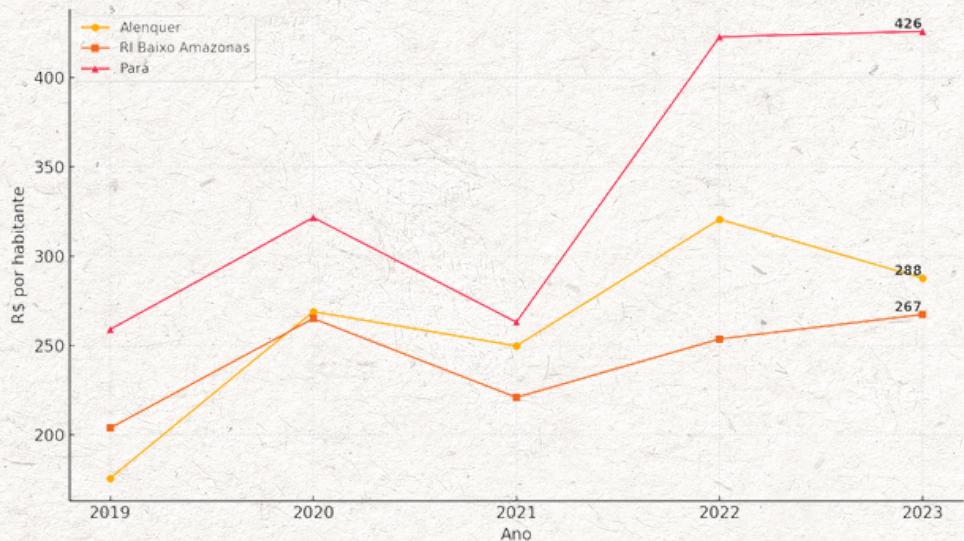
Gastos per capita com prevenção de desastres

Em Alenquer, os gastos per capita com prevenção de desastres iniciaram em R\$ 174 em 2019 e cresceram para R\$ 266 em 2020. Em 2021, houve leve recuo para R\$ 250, seguido de um pico de R\$ 321 em 2022. No último ano da série, o valor caiu novamente para R\$ 288 em 2023. A RI Baixo Amazonas manteve crescimento mais suave, partindo de R\$ 204 em 2019 e alcançando R\$ 267 em 2023. Já o Pará registrou aumento contínuo e expressivo, saindo de R\$ 259 para R\$ 426 por habitante (Gráfico 24).



A trajetória de Alenquer indica um esforço crescente até 2022, embora sem estabilidade. A redução em 2023 pode refletir mudanças orçamentárias ou priorização de outras áreas. Comparado à RI e ao estado, o município apresenta desempenho intermediário, superando a média regional, mas abaixo dos investimentos estaduais. O Pará, com crescimento vigoroso, evidencia maior comprometimento com ações de resiliência climática. Dada a vulnerabilidade ambiental da região, manter e ampliar os investimentos é crucial para mitigar impactos de enchentes, secas e deslizamentos (Gráfico 24).

Gráfico 24 - Gastos per capita com prevenção de desastres,
Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: CADUNICO.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 288/Hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 554/hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.





ODS14 VIDA NA ÁGUA

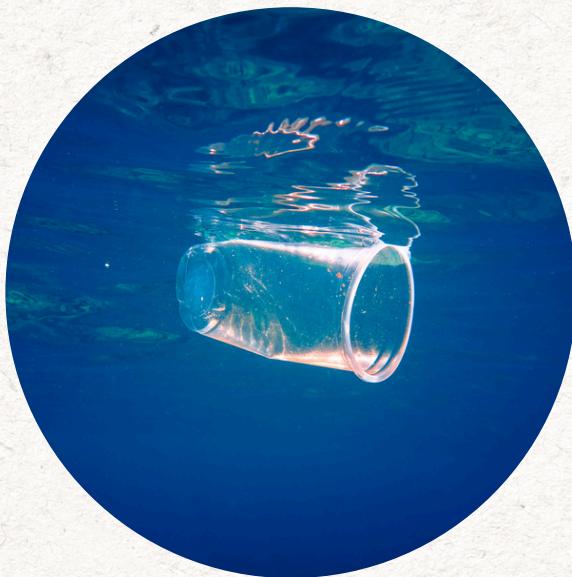
Conservação e uso sustentável dos oceanos, dos mares e dos recursos marinhos para o desenvolvimento sustentável.

O Objetivo 14 está diretamente ligado à questão climática, pois os oceanos desempenham um papel fundamental no equilíbrio do clima global. Segundo a Plataforma 2030, aproximadamente 40% dos oceanos do planeta já sofrem impactos significativos causados por atividades humanas, como a poluição e a pesca predatória. Esses danos, muitas vezes impulsionados pela exploração desenfreada dos recursos marinhos, resultam principalmente na destruição de habitats e na introdução de espécies invasoras em ecossistemas frágeis, comprometendo a biodiversidade e o equilíbrio ambiental.

Para fins de uma análise preliminar, será considerado um indicador relacionado ao **ODS 14**: Despesa per capita com preservação aquática.

Despesa per capita com preservação aquática

Alenquer investiu R\$ 141 por habitante em 2019 na preservação aquática, valor que subiu para R\$ 152 em 2020 e R\$ 171 em 2021. Em 2022, ocorreu queda significativa para R\$ 110, mas os investimentos dispararam para R\$ 261 em 2023. A RI Baixo Amazonas também seguiu essa tendência de crescimento com oscilação, iniciando em R\$ 169 e fechando em R\$ 387. O estado do Pará apresentou valores mais estáveis, com R\$ 184 em 2019 e R\$ 287 em 2023 (Gráfico 25).

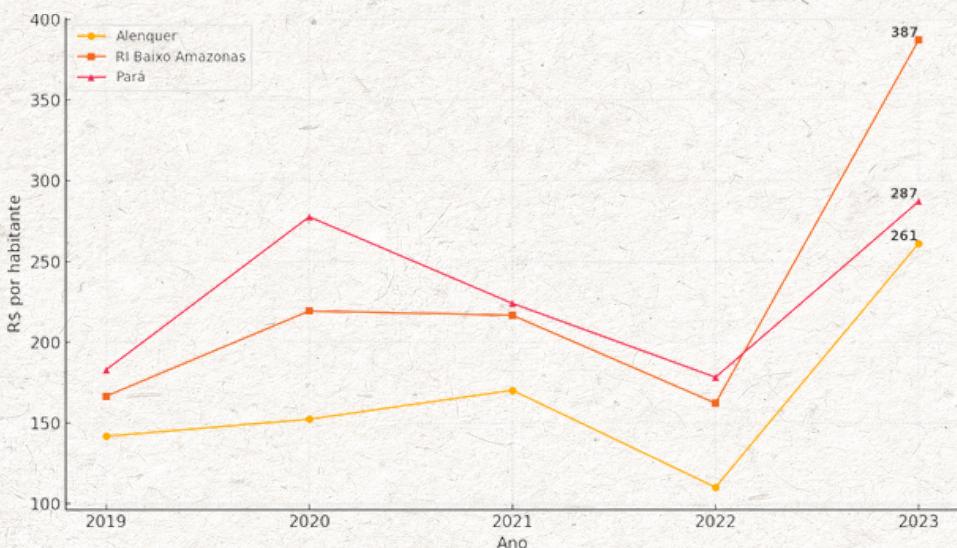


A retomada dos investimentos em 2023 foi fundamental para reposicionar Alenquer acima do patamar de 2019, refletindo possível resposta a pressões ambientais sobre rios e lagos. Apesar disso, o município ainda investe menos que a média da RI e do estado, especialmente quando considerada sua posição geográfica

na Amazônia. O salto da RI pode estar ligado a programas específicos de conservação hídrica e reflorestamento ciliar. O crescimento estadual também demonstra avanço institucional na pauta ambiental, mas há necessidade de consistência e monitoramento contínuo (Gráfico 25).



Gráfico 25 - Despesa per capita com preservação aquática, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: Portal da Transparência Federal e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de R\$ 261/hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de R\$ 300/Hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

ODS15 VIDA TERRESTRE

O Objetivo 15 dos Objetivos de Desenvolvimento Sustentável da ONU está diretamente ligado à preservação da biosfera, ao propor a proteção, recuperação e o uso sustentável dos ecossistemas terrestres. Entre suas metas estão a gestão sustentável das florestas, o combate à desertificação, a reversão da degradação do solo e a contenção da perda de biodiversidade. Todos os seres vivos dependem do meio ambiente para atender às suas necessidades básicas de sobrevivência, como acesso à água, alimento, ar e abrigo. Embora animais e plantas consigam se adaptar ao ambiente em que vivem, essas adaptações ocorrem de forma gradual e têm limites, especialmente diante dos altos níveis de degradação ambiental que comprometem sua sobrevivência.

Proteger, recuperar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres, gerir de forma sustentável as florestas, combater a desertificação, deter e reverter a degradação da terra e deter a perda de biodiversidade.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 15**: Percentual da Área de Floresta em relação à área total e Percentual da Área desmatada em relação à área total.



Percentual da Área de Floresta em relação à área total

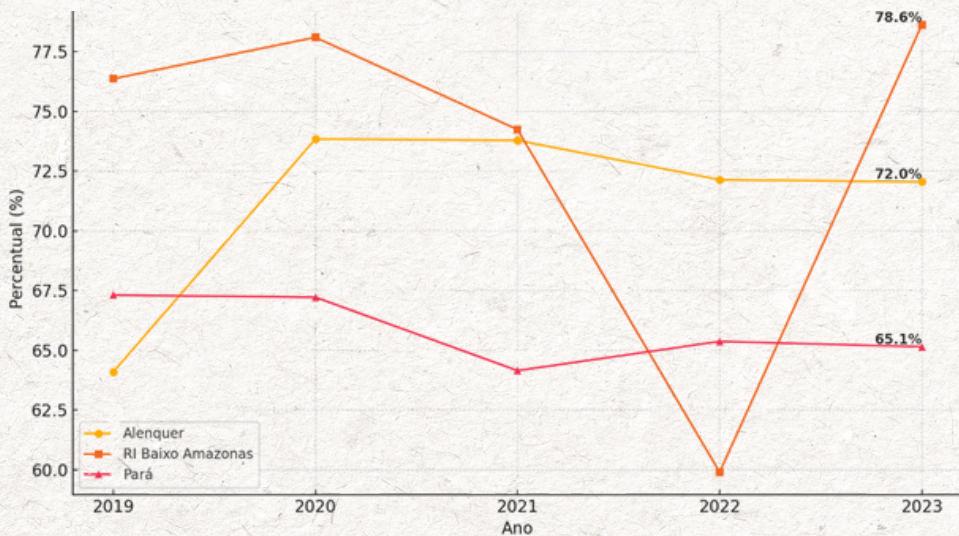
Em Alenquer, o percentual de área coberta por floresta era de 64,1% em 2019, subiu para 74,0% em 2020 e permaneceu estável até 2021. Em 2022, houve leve queda para 72,0%, valor que se manteve em 2023. A RI Baixo Amazonas registrou percentuais elevados, oscilando entre 76,3% em 2019, 78,3% em 2020 e queda para 60,0% em 2022, com recuperação para 78,6% em 2023. O Pará manteve os menores valores, com leve recuo de 67,0% em 2019 para 65,1% em 2023 (Gráfico 26).

O comportamento do indica-

dor em Alenquer revela relativa estabilidade na cobertura florestal nos últimos anos, embora abaixo dos níveis da RI. A oscilação regional pode indicar ajustes cadastrais, além de variações reais provocadas por desmatamento ou regeneração. O estado do Pará mostra tendência de degradação gradual, o que acende alerta sobre a conservação da vegetação nativa. Manter alta cobertura florestal é vital para regular o clima, proteger a biodiversidade e garantir o uso sustentável dos recursos naturais (Gráfico 26).



Gráfico 26 - Percentual da Área de Floresta em relação à área total, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 72,0%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 80%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



Percentual da Área Desmatada em relação à área total

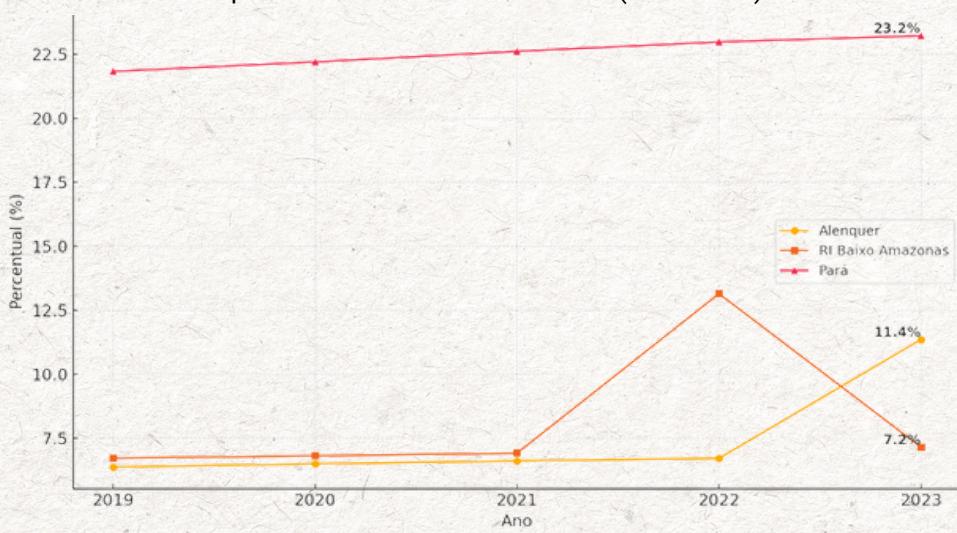
Alenquer manteve o percentual de área desmatada praticamente estável de 2019 a 2022, oscilando em torno de 6,5%. Em 2023, houve aumento expressivo, atingindo 11,4% da área total. A RI Baixo Amazonas seguiu trajetória semelhante, com estabilidade até 2021 (7,0%) e salto para 13,0% em 2022, com queda para 7,2% em 2023. O estado do Pará apresentou aumento gradual, de 21,7% em 2019 para 23,2% em 2023, mantendo os maiores níveis de desmatamento (Gráfico 27).

O avanço recente em Alenquer chama atenção e rompe

a tendência de estabilidade anterior. O acréscimo de quase cinco pontos em apenas um ano pode estar ligado à expansão agropecuária, exploração madeireira ou ocupação irregular. Apesar de a média estadual ser bem mais alta, o ritmo de crescimento no município é preocupante. A queda na RI em 2023 sugere reversão pontual, mas ainda há necessidade de políticas eficazes de combate ao desmatamento. O desafio está em alinhar desenvolvimento econômico com proteção ambiental duradoura (Gráfico 27).



Gráfico 27 - Percentual da Área Desmatada em relação à área total, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 11,4%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 1%. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.



ODS 16 PAZ, JUSTIÇA E INSTITUIÇÕES EFICAZES

O Objetivo 16 tem como foco principal promover sociedades pacíficas e inclusivas, garantir o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis. Os conflitos, tanto regionais quanto globais, fazem parte da história há séculos. Apesar dos esforços de instituições como a ONU para promover a paz mundial, ainda há um longo caminho a percorrer. Por isso, fortalecer o Estado de Direito, assegurar os direitos humanos, promover a estabilidade por meio de uma governança eficiente e garantir ambientes de paz são ações fundamentais para o avanço do desenvolvimento sustentável.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 16**: Trabalho Infantil por 100 mil habitantes e Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes.

Trabalho Infantil por 100 mil habitantes

O indicador “Trabalho Infantil por 100 mil habitantes” apresentou queda significativa em Alenquer, passando de 68,9 em 2019 para 17,0 em 2023. Essa redução foi mais intensa entre 2020 e 2022, período em que o valor caiu de 59,8 para 24,2. Na Região de Integração do Baixo Amazonas, o indicador também caiu, indo de 19,8 em 2019 para 6,4 em 2023. No mesmo período, o estado do Pará passou de 39,7 para 11,3. Esses dados indicam avanços consistentes no combate ao trabalho infantil nos três níveis, com destaque para a intensidade da redução em Alen-

Promover sociedades pacíficas e inclusivas para o desenvolvimento sustentável, proporcionar o acesso à justiça para todos e construir instituições eficazes, responsáveis e inclusivas em todos os níveis.

quer, que iniciou com os piores índices e se aproximou da média estadual ao final do período (Gráfico 28).

A convergência dos valores observados sugere melhorias estruturais na proteção dos direitos da criança, embora Alenquer ainda apresente patamar superior aos demais. Enquanto o município registrou redução de 51,9 pontos entre 2019 e 2023, a RI reduziu em 13,4 pontos e o estado em 28,4 pontos. O ritmo de queda mais acelerado em Alenquer pode estar associado a ações pontuais de enfrentamento à vulnerabilidade infantil, como

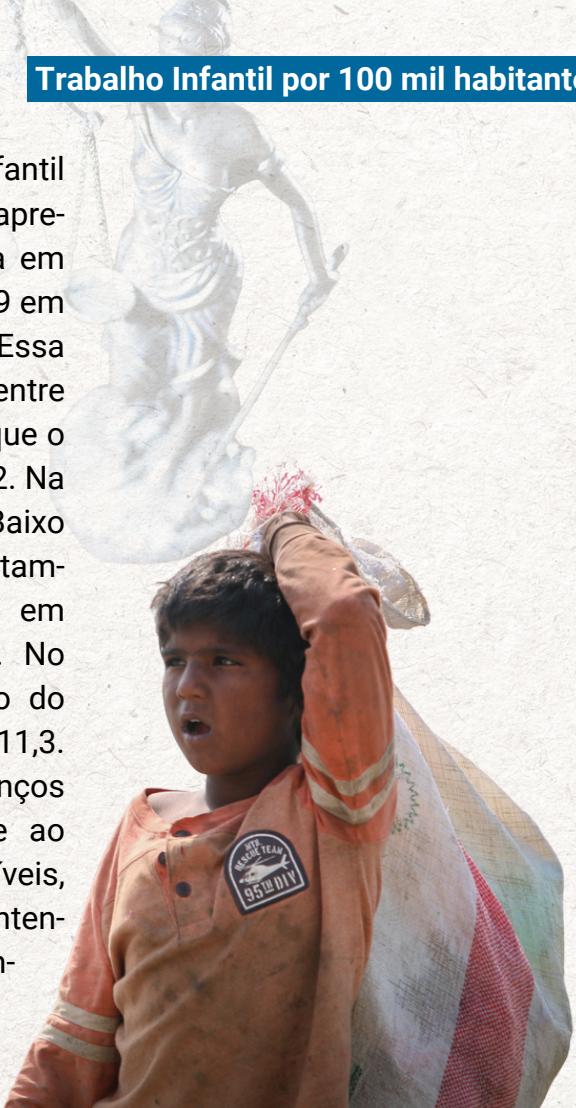
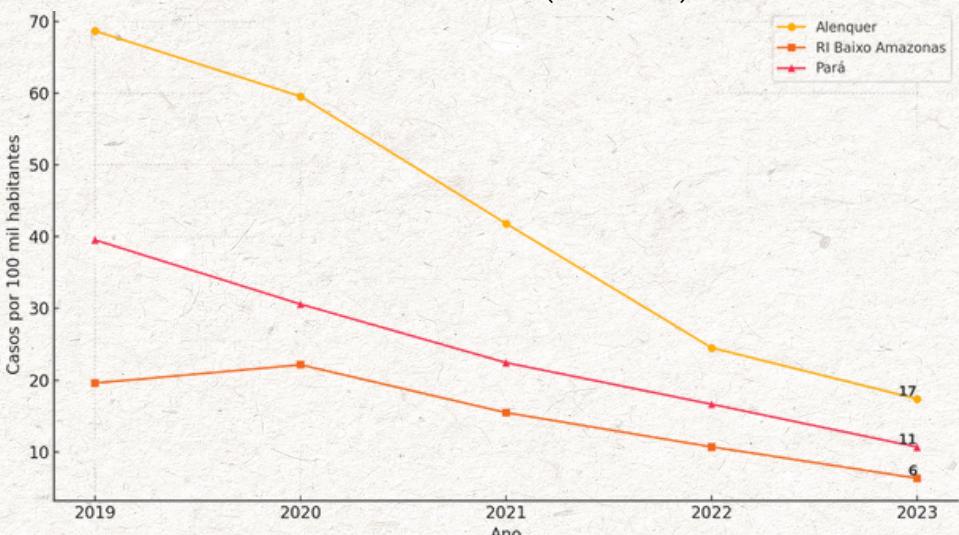




Gráfico 28 - Trabalho Infantil por 100 mil habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)

políticas intersetoriais de educação e assistência social. Apesar disso, o município ainda demanda atenção prioritária, pois seu índice em 2023 é superior à média estadual em cerca de 50% (Gráfico 28).



Fonte: PRODES e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 17 Pessoa/100 mil hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 0 Pessoa/100 mil hab. Portanto, a meta ainda não foi alcançada.

Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes

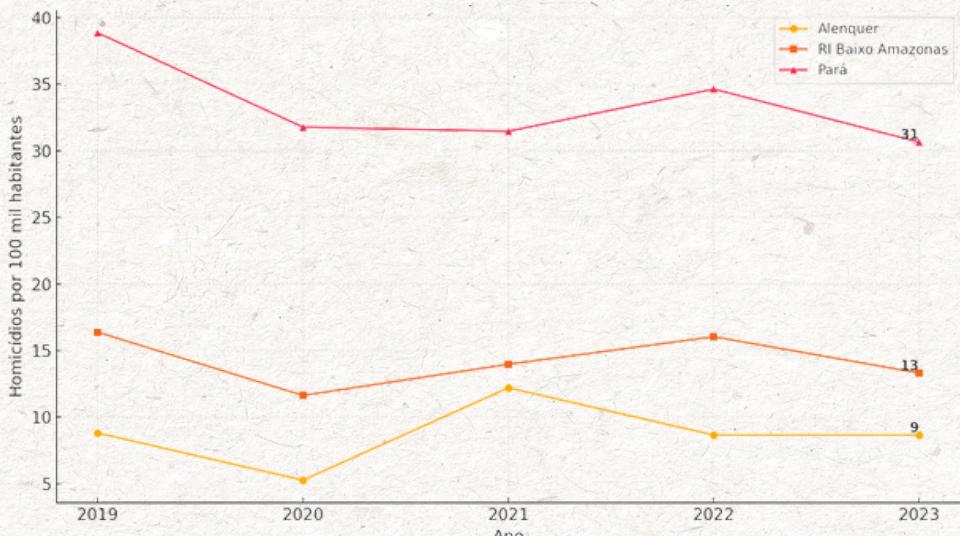
Já a “Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes” em Alenquer manteve relativa estabilidade no período, iniciando com 8,9 em 2019 e encerrando com 9,0 em 2023. Houve uma oscilação, com queda para 5,3 em 2020 e pico de 12,3 em 2021. A Região de Integração do Baixo Amazonas iniciou com 16,4 em 2019 e reduziu para 13,2 em 2023, também apresentando flutuações intermediárias. O estado do Pará, por sua vez, permaneceu com patamares mais elevados, indo de 38,7 em 2019 para 30,6 em 2023, embora com variações em torno de 31 a 34 entre 2020 e 2022 (Gráfico 29).

Observa-se que Alenquer manteve taxa de

homicídios inferior às médias regional e estadual ao longo de todo o período, ainda que tenha registrado aumento pontual em 2021. Entre 2019 e 2023, a redução na RI foi de 3,2 pontos e no estado foi de 8,1 pontos, enquanto Alenquer oscilou apenas 0,1 ponto. Esse comportamento sugere uma condição local menos crítica em termos de violência letal, mas que não apresentou avanços significativos. A estabilidade pode indicar ausência de agravamento da violência, porém também sinaliza a necessidade de políticas de segurança pública mais efetivas para promover redução contínua e sustentável (Gráfico 29).



Gráfico 29 - Taxa de Homicídios por 100 mil habitantes, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: DATASUS e IBGE.

ODS17 PARCERIAS E MEIOS DE IMPLEMENTAÇÃO

O Objetivo 17 tem como meta fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global em prol do desenvolvimento sustentável. Uma de suas principais diretrizes destaca a importância da cooperação entre países desenvolvidos e em desenvolvimento, promovendo a colaboração internacional como caminho para alcançar a sustentabilidade. Isso inclui a adoção de políticas que ajudem a reduzir desigualdades e a reestruturar desafios comuns, por meio de soluções conjuntas e solidárias.

Para fins de uma análise preliminar, serão considerados dois indicadores relacionados ao **ODS 17**: Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB e Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.).

Fortalecer os meios de implementação e revitalizar a parceria global para o desenvolvimento sustentável.



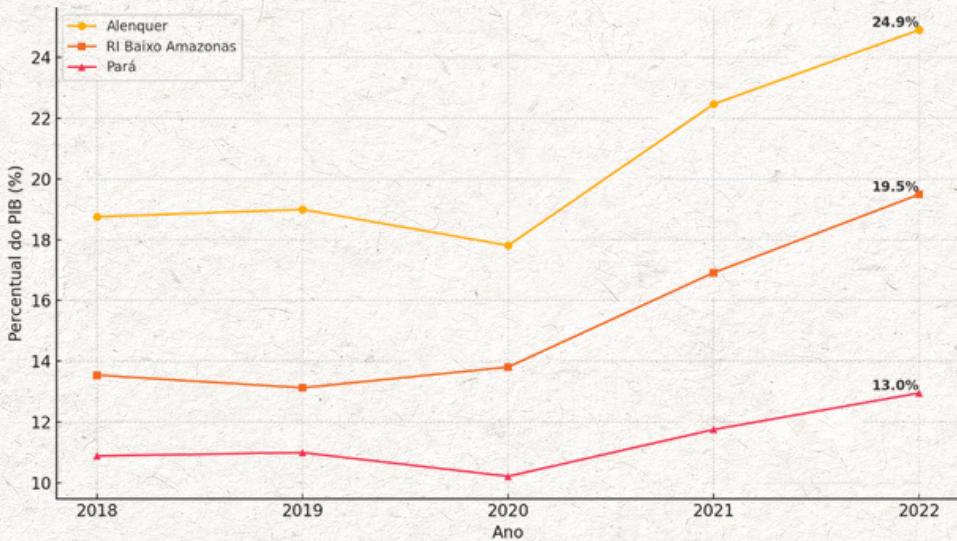


Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB

Em Alenquer, o gasto público municipal em relação ao PIB começou em 18,8% em 2018 e aumentou ligeiramente para 19,0% em 2019. Em 2020, houve uma queda para 17,8%. A partir de 2021, iniciou-se uma trajetória de forte crescimento, com o percentual subindo para 22,5%, encerrando em 2022 com 24,9%, o maior valor da série. Na Região de Integração Baixo Amazonas, o indicador cresceu de 13,5% em 2018 para 19,5% em 2022, com destaque para a alta entre 2020 (13,8%) e 2021 (16,9%). No estado do Pará, o percentual oscilou entre 11,0% em 2018 e 10,2% em 2020, subindo posteriormente para 13,0% em 2022 (Gráfico 30).

O comportamento indica um aumento expressivo da participação dos gastos municipais na economia local, especialmente em Alenquer e na RI. A elevação entre 2020 e 2022 pode estar relacionada ao aumento de transferências públicas ou ampliação de despesas municipais em resposta à pandemia e políticas de recuperação econômica. Alenquer apresenta um nível de gasto público proporcionalmente superior à média estadual e regional durante todo o período. Já o estado do Pará manteve um perfil mais moderado de crescimento, encerrando a série com o menor percentual entre os três níveis territoriais analisados (Gráfico 30).

Gráfico 30 - Gasto Público Municipal com Percentual (%) do PIB, Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2018-2022)



Fonte: STN e IBGE.

Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 24,9%, enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 36%. Portanto, a meta não foi alcançada.



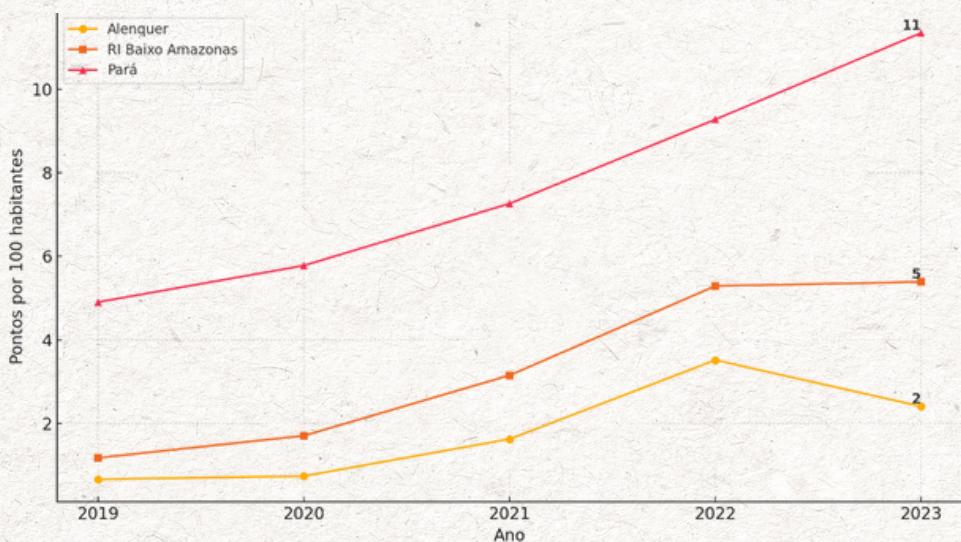
Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.)

Em Alenquer, o acesso à banda larga fixa iniciou com 0,7 pontos por 100 habitantes em 2019, manteve-se estável em 2020 e subiu para 1,6 em 2021. Em 2022, o município atingiu 3,5 pontos, mas regrediu para 2,3 em 2023. Na RI Baixo Amazonas, o indicador evoluiu consistentemente de 1,2 em 2019 para 5,3 em 2023. O estado do Pará apresentou o crescimento mais robusto, partindo de 4,9 pontos por 100 habitantes em 2019 para 11,0 em 2023, demonstrando melhoria contínua no acesso à infraestrutura digital (Gráfico 31).

O comportamento revela que, embora

Alenquer tenha apresentado avanço em 2021 e 2022, o recuo em 2023 sinaliza instabilidade ou possível descontinuidade em políticas de expansão da conectividade. A RI seguiu trajetória crescente e regular, indicando melhora no acesso nos municípios que a compõem. O Pará teve avanço contínuo e com maior intensidade, demonstrando investimento sistemático em infraestrutura de banda larga fixa. O dado de 2023 evidencia que Alenquer ainda está muito abaixo da média estadual, o que reforça a necessidade de investimentos para reduzir a desigualdade digital (Gráfico 31).

Gráfico 31 - Taxa de Acesso à Banda Larga Fixa (pontos por 100 hab.), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2019-2023)



Fonte: ANATEL e IBGE.

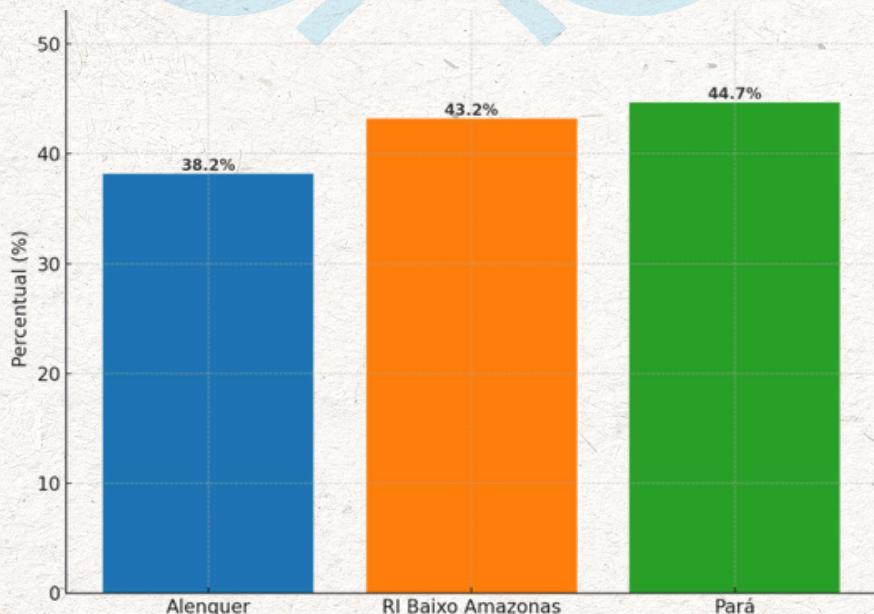
Em relação ao acompanhamento do indicador, no que se refere à Agenda 2030, o valor atualmente observado no município é de 2 Pontos/100 hab., enquanto a meta estabelecida para 2030 é de 9 Pontos/100 hab. Portanto, a meta não foi alcançada.

Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS)

Os 31 indicadores apresentados neste material representam uma seleção dos 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) monitorados para o município, que totalizam 88 indicadores no conjunto. Utilizando a metodologia de cálculo do Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS) recomendada pela ONU para 2025 – e adotada pelo Observatório ODS-FAPESPA – foi possível obter os resultados consolidados para o estado, a região e o município com base nesses 88 indicadores.

No ano de 2025 o município de **Alenquer** registrou um IDS de **38,2%** (gráfico 32).

Gráfico 32 - Índice de Desenvolvimento Sustentável (IDS), Alenquer x RI Baixo Amazonas x Pará (2025)



Referências

CHAVES, 2023. **Nota Técnica - Metodologia para Elaboração dos Relatórios ODS Municipais.** In: Observatório ODS-FAPESPA. Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas (FAPESPA). Belém-PA, 2024. Disponível em: <<https://tinyurl.com/5bcr9vf8>> Acesso em 17/02/2025.

SDSN - Sustainable Development Solutions Network. **Metodologia: Índice de Desenvolvimento Sustentável das Cidades.** Disponível em: <<https://idsc.cidadessustentaveis.org.br/methodology>> Acesso em 21/03/2025.



Anexo I

Os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS no Contexto das Diretrizes Estratégicas do Plano Plurianual 2024-2027

O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Para avançar nesse sentido, constituem-se como referências ao processo de elaboração do PPA 2024-2027, os documentos que compõem a sua base estratégica:

- Plano de Governo 2023 – 2026.
- Planos Setoriais de médio e longo prazos.
- Agenda 2030 - Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS).

No Plano de Governo 2023-2026 estão propostas as diretrizes, eixos, os projetos estruturantes e as prioridades governamentais para esse período, que abrange 3 anos do PPA ora proposto e reverbera, de acordo com o princípio da continuidade, planos e ações a serem conduzidas na gestão que se sucede.

A partir desta referência, foram definidas as diretrizes estratégicas do PPA 2024-2027.

Figura 1 - Plano de Governo 2020-2023 e Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.

Os planos estratégicos setoriais, por sua vez, apresentam perspectiva de médio e longo prazos para políticas públicas específicas, como meio ambiente, educação, saúde e segurança pública, dentre outras.

Cabe ressaltar, sob o protagonismo que a questão ambiental alcança em todas as áreas e setores da sociedade, a opção do Governo Estadual em evidenciar, em seu principal instrumento de planejamento, as ações do Plano

Estadual Amazônia Agora (PEAA), instituído em 2020 na atual proposta do PPA 2024-2027, a fim de dar maior transparência e solidez a essa política pública. Para tanto, necessitou-se proceder o alinhamento desde os níveis estratégicos dos dois instrumentos, para então, em conjunto com os responsáveis pela formulação e execução da política de meio ambiente no Estado, delinear no plano tático as necessárias identificações.



Figura 2 - Eixos Estratégicos e Ações PEAA – PPA 2024-2027 Densidade de Ações do PEAA, por Eixo



Fonte: Seplad, 2023.

Por sua vez, a Agenda 2030, enquanto articula as políticas públicas e os planos setoriais à agenda internacional, disposita por organizações multilaterais, apresenta-se novamente como referência para a elaboração de mais um ciclo de PPA estadual.

Conforme sintetizado no Manual do PPA 2024-2027 (pag. 13 a 14), a adesão voluntária do Governo do Estado à Agenda 2030 das Organizações das Nações Unidas (ONU), oficializada em 2019, ganha relevância a cada exercício, dada sua contextualização e adaptação à realidade amazônica.

O reconhecimento multissetorial dos Objetivos do Desenvolvimento Sustentável (ODS) para o enfrentamento de problemas estruturantes e sua relação com os níveis de desi-

gualdades nacionais e subnacionais, vai ao encontro dos pilares do planejamento governamental estadual. Portanto, ao propor o alinhamento das metas dos ODS aos objetivos estratégicos do Plano Plurianual, em 2020, o Governo cria bases para a institucionalização da agenda afetas aos órgãos executores das políticas públicas setoriais, sob responsabilidade estadual.

Importante considerar que os objetivos da Agenda 2030 agregam as relações causais intrínsecas acerca do desenvolvimento adotado pelas nações, estados e municípios. Nessa linha, a proximidade com o nível estratégico estadual determina maior aderência na definição de eixos e prioridades, aprimora a visão para as oportunidades de interlocução regional e desdobramen-

interfederativos, mediante a robustez das soluções perante os conflitos e mudanças em diversas escalas.

No nível tático (Programas), o atrelamento às ações e metas regionalizadas previstas no arcabouço e atributos do PPA demarcam a execução descentralizada, a composição de recursos e as estratégias de territorialização. A Figura 4 apresenta a consolidação do alinhamento dos Programas Temáticos propostos no PPA 2024-2027 e os ODS.



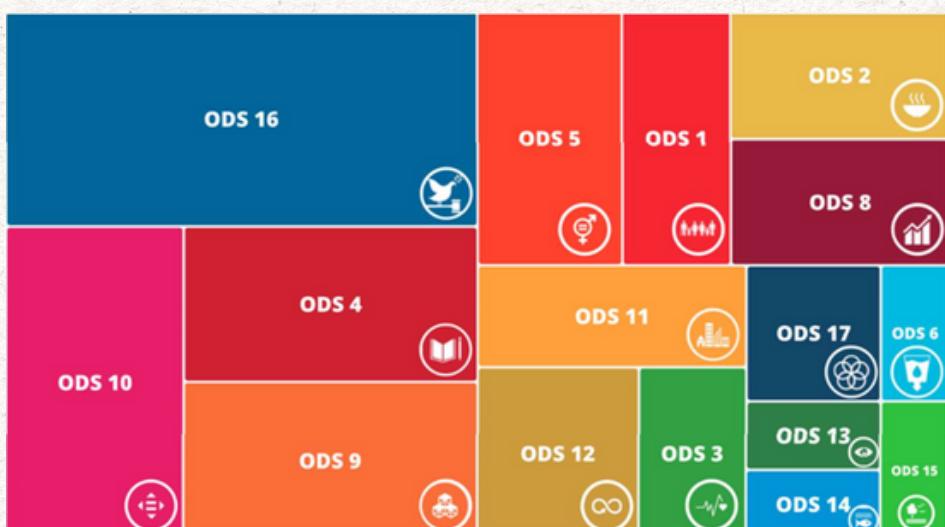
Convém ressaltar que, à medida em que os instrumentos de planejamento buscam o aperfeiçoamento do monitoramento e avaliação do desempenho e de resultados, a centralidade das agendas estaduais e globais aproximam-se da ação direta (prestação de serviços públicos) e sua implicação nos objetivos estratégicos de cada diretriz.

Portanto, as dimensões estratégicas do PPA que orientam as correlações aos ODS, a amplitude da institucionalização e os

avanços para a adoção de indicadores mais apropriados às variáveis características aos problemas transversais, demonstram a importância do aprimoramento da gestão e do processo de governança, pontos norteadores do Gestão Estadual.

As Diretrizes Estratégicas partem de um direcionamento da alta gestão e orientam a elaboração da ação governamental em seus instrumentos de planejamento. No PPA 2024-2027, a essas Diretrizes foram encadeados 11 eixos de atuação (temáticos), aos quais se congregaram objetivos estratégicos que guiarão a implementação das políticas públicas na gestão estadual.

Figura 3 - ODS e Programas Temáticos – PPA 2024-2027 Densidade de Programas nos ODS



Fonte: Seplad, 2023.

Sociedade de Direitos

O reconhecimento das desigualdades sociais no Estado do Pará e seus efeitos ao desenvolvimento humano demarca a função estatal quanto à implantação e ampliação do acesso às políticas governamentais. Fundamentada nos princípios dos direitos sociais, essa diretriz abrange os macros objetivos e o conjunto de iniciativas direcionadas à promoção e execução das políticas sociais, quais sejam: saúde, educação, direitos socioassistenciais, segurança pública, cultura, esporte e lazer, além de ações afirmativas da área trabalho e renda.

Figura 4 - Diretrizes Estratégicas do PPA 2024-2027



Fonte: Seplad, 2023.



A contextualização dos indicadores sociais, econômicos e ambientais descontina as dimensões socioterritoriais. Dentre os relacionados à distribuição de renda, o rendimento mensal domiciliar per capita (IBGE), em 2022, alcançou o valor R\$1.061,00, ocupando a 20ª posição entre as 27 unidades da Federação Brasileira e o Distrito Federal. Sobre o mercado de trabalho, observa-se que, no mesmo ano, houve decréscimo nas taxas de desocupação, evidenciando melhoria no nível de emprego, cuja taxa de desocupação de 8,2% foi menor em 2,8 pontos percentuais em relação ao ano de 2021, quando registrou o percentual de 11%. No primeiro trimestre de 2023, constatou-se que a taxa de desocupação no Pará reduziu para 9,8%, e no mesmo período de 2022, esta taxa era de 12,2%. Porém, segundo dados da PNADC/IBGE, ainda se mantém um número de 658 mil pessoas desempregadas e desalentadas, o que exige políticas públicas de indução do emprego.

Importante considerar, ainda, o tamanho da economia informal no estado que atinge 60% da população economicamente ativa, que inclui trabalhadores da iniciativa privada e trabalhadores domésticos, sem carteira assinada, empregador e conta própria sem CNPJ e trabalhador familiar auxiliar.

Tais variáveis contém importante correlação aos marcos de avaliação educacional, a exemplo da Taxa Distorção Série-Idade registrada pelo Censo Escolar 2022 (Nível Fundamental: 23,2%; Médio: 40,9%), da Taxa de Abandono Escolar (Nível Fundamental: 3,1%; Médio: 10,8%) e do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica- Ideb (3ºano do Ensino Médio: 3,2%) que exprimem o hiato na formação educacional e reforçam o alcance de melhores patamares, mediante as tendências contemporâneas e potenciais no mercado formal, ampliação das oportunidades coletivas e autônomas de trabalho e renda. O acesso e fusão de co-

nhecimento - condicionante à entrada e permanência no mundo do trabalho - torna-se essencial, também, para avanços/preservação das atividades socioeconômicas desenvolvidas pelos povos tradicionais, quilombolas e indígenas.

Outro aspecto resultante das situações de vulnerabilidade social é a dependência das ações e benefícios que integram os direitos socioassistenciais, previstos no SUAS. No Estado do Pará, os registros no Cadastro Único de Programas Sociais (CadÚnico) já alcançam, em 2023, 65% da população do estado. Adicionalmente, o Governo implementa ações e programas de Segurança Alimentar e Nutricional, sendo lançado em 2023, o Programa Pacto contra a Fome, com previsão de recursos de R\$124 milhões para os próximos quatro anos, em parceria com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), alinhado a diversos programas, como o Programa de Aquisição de Alimentos (PAA).





Na área trabalho e renda, amplia-se oferta de capacitação a grupos específicos da cidade e do campo (mulheres, LGBTQIAPN+, ribeirinhos e quilombolas e povos indígenas), além de política de microcrédito, por meio do CredCidadão e linhas de fomento pelo Banpará. Comporta ainda, nesta dimensão, o apoio à formação, orientação e intermediação da mão de obra ao mercado de trabalho, com atenção à acessibilidade e inclusão produtiva. Em 2022, por meio do Sine, 1.227 pessoas com deficiência foram encaminhadas ao mercado formal de trabalho, sendo contratados 310 profissionais pelo Qualifica Pará e 20 mil pessoas foram capacitadas em todo estado.



Ancorada no Sistema Único de Saúde (SUS), a política de saúde requer atenção multidisciplinar e consolidação das responsabilidades interfederativas. O cenário pós-pandemia Covid-19 move a retomada das demandas e atendimentos eletrônicos represados em todos os níveis. Na atenção primária, dentre outras, são prioridades a prevenção da mortalidade infantil e materna, e também a cobertura vacinal, que alcançou 44% da meta estadual prevista no ano de 2022. No campo da média e alta complexidade, destacam-se os esforços para desconcentração dos serviços especializados de saúde em 16 estabelecimentos de saúde de execução direta da gestão estadual, com capilaridade nas doze regiões de Integração, assim como, a ampliação do apoio à reconstrução/reforma de unidades de saúde municipais. O apoio à gestão municipal se efetiva, também, por meio de cofinanciamento, capacitação, pactuação de serviços em rede, fortalecendo a reorganização dos sistemas de informações em saúde, condições intrínsecas às ações de vigilância em saúde previstas no SUS, inclusive, nos casos de atenção multidisciplinar, no atendimento de pessoas com transtorno de espectro autista -TEA.

A contextualização da Segurança Pública no âmbito estadual está preconizada no Plano Estadual, instrumento norteador das ações regionalizadas de prevenção e defesa social. Os indicadores sobre a violência contra a mulher, juventude, além de acidentes e mortes no trânsito revelam o tamanho dos desafios e exigem estratégias preventivas, intervenção multidisciplinar e intersetorial. Importante destacar que, a partir das metas institucionais do Sistema de Segurança Pública, o Pará passou a ser reconhecido pelos esforços adotados para a redução dos índices de criminalidade, considerando a série histórica entre 2018 e 2021, relacionado a Mortes Violentas Intencionais (MVI), apontado pelo Anuário Brasileiro de Segurança Pública (2023).



Foto: Pedro Guerreiro/Ag. Pará



As intervenções preventivas em territórios vulneráveis, especialmente nas áreas metropolitanas, originaram a implementação de nove Usinas da Paz, estratégia do Programa Territórios da Paz, congregando um conjunto de ações, parcerias e prestação de serviços de diversas políticas públicas para a população do entorno. Há oferta de capacitação a jovens e adultos, esporte e lazer às crianças e encaminhamentos para acesso à rede de serviços públicos, iniciativas que apontam caminhos para a profissionalização e oportunidades que contribuem para a redução dos índices de violência local.

A cultura, esporte e lazer desempenham protagonismo para o bem-estar social, inclusão e identidade patrimoni-

al material e imaterial do povo paraense. A implementação e gestão de espaços, ampliação do apoio às diversas manifestações culturais, acesso à leitura e aos programas socioesportivos de incentivo ao atleta e ao esporte educacional, são compromissos, dada sua complementariedade ao desenvolvimento social, local e regional. A implantação de projetos como o Porto Futuro I e II e Parque da Cidade constituem iniciativas que impactam no ambiente urbano, coletivo e acessível à população, na Região Xingú, e importam em investimentos, como tantos outros previstos neste PPA, que também serão fundamentais na perspectiva da realização da COP30, em Belém, em 2025.

A implementação de progra-

mas e ações de enfrentamento às violações de direitos responde às situações de vulnerabilidades afetas a cada segmento populacional. Neste sentido, a rede de atendimento especializada (proteção e apoio socioassistencial, socioeducação e direitos humanos) será o suporte para convergência a outros programas destinados a mulheres, LGBTQIAPN +, povos indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e demais grupos e em situação de risco pessoal e social. Essa dimensão é regida pelo protagonismo do controle social, cujos conselhos de direitos e as demais organizações setoriais constituem arena política para avaliação da efetividade e transparência das políticas públicas.

Crescimento inteligente

O desenvolvimento orientado para a sustentabilidade ambiental, econômica e social constitui-se enquanto premissa do planejamento estadual. Entre as potencialidades naturais e os desafios territoriais urbanos e rurais, a ação governamental perpassa pela diversidade socioambiental e pressão climática global, exigindo a intensificação do apoio, indução, fomento, regulação e execução de políticas públicas diferenciadas.

As ações governamentais estaduais estão estruturadas em planos multisetoriais, tal como o Plano Estadual de Mudanças Climáticas,

Programa Estadual Amazônia Agora e Plano Estadual da Bioeconomia. O Programa de Atuação Integrada Territórios Sustentáveis, a ampliação do Programa Regulariza Pará e a criação de instrumentos de incentivo, como o Fundo da Amazônia Oriental (FAO), o Fundo Garantidor para Pequenos Produtores da Bioeconomia (FGP PIB) e o BANPARÁ-BIO, compõem iniciativas significativas para integração e viabilização das agendas públicas. Ademais, ressalta-se a implementação de mecanismo estadual para a Redução das Emissões por Desmatamento e Degradação Florestal - REEDS. Os impactos



dessas medidas, ao mesmo tempo em que ampliaram a capacidade de captação de recursos e parcerias, contribuíram para resultados como a diminuição dos níveis de desmatamento, que em 2023, alcançou 32,6% em relação a 2022.

Portanto, o papel indutor do estado reconfigura-se à medida das transformações e adequações dos modelos adotados com forte dinâmica ao mercado externo, para maior encadeamento produtivo endógeno e inclusivo economicamente. Nesse sentido, o Projeto Descarboniza Pará é exemplo de estratégia multisectorial junto ao Ministério da Economia, que prevê a injeção de capital internacional na ordem de 300 milhões de dólares, cujo investimento será direcionado para implementação de políticas públicas de meio ambiente e desenvolvimento do Pará, com ênfase no processo de transformação para uma economia de baixo carbono. Um dos eixos de intervenção, baseado nos contornos geopolíticos e econômicos estaduais e regionais, refere-se à ampliação de condições de logística e infraestrutura, tal como transportes em diferentes modais e regiões, pavimentação e melhorias de estradas estaduais e ampliação do apoio às vicina-

is, com o intuito de garantir locomoção e escoamento da produção, especialmente, gerada pelas organizações coletivas, familiares e autônomas. Nesse sentido, estão em andamento a construção de 11 terminais hidroviários de passageiros nos municípios de Alenquer na Região Tapajós, em Melgaço na Região Marajó, em Alenquer e Mocajuba na Região Tocantins, e em Belém (Xingú) no Distrito de Icoaraci.

As especificidades setoriais potencializam o foco nas atividades produtivas essenciais, a partir de arranjos e cadeias produtivas prioritárias e seus efeitos na consolidação de polos regionais: organização produtiva, redes de comercialização, capacidade de geração de ocupação produtiva e renda. Nesse contexto, o Plano Estadual de Bioeconomia, construído em 2022, definiu os eixos: Pesquisa, Desenvolvimento e Inovação; Patrimônio Cultural e Conhecimento Genético; Cadeias Produtivas e Negócios Sustentáveis, que integram dentre outros, os programas de desenvolvimento do cacau, açaí, mandioca, abacaxi, cupuaçu, mel, pupunha e urucum, experiências produtivas mais cultivadas. A amplitude da sociobiodiversidade enseja a identificação e valorização das atividades florestais não madeireiras, con-

forme mostram as pesquisas e estudos amazônicos.

Importa enfatizar a força da agricultura familiar como agregadora de ocupação e renda e contribuição econômica local. Em 2022, mais de 400 mil pessoas foram beneficiadas, direta e indiretamente, com ações de apoio e fomento em todas as regiões de integração. Essa vinculação implicará no processo de desenvolvimento socioespacial rural e urbano, com vistas à redução das desigualdades regionais.

Considera-se, também, o comércio e serviços como importantes setores econômicos à geração de emprego e renda, constatando-se que esses segmentos viabilizaram 47,46 % de empregos formais na capital e interior em 2022. Ademais, a cadeia potencial do turismo integra produtos turísticos diversificados e regionalizados que agregam a promoção do artesanato, gastronomia e cultura amazônica. A ampliação do setor deve abranger novas rotas turísticas para além da capital e das regiões Baixo Amazonas e Marajó, sendo estes os destinos com maior demanda.



Enquanto condicionantes ao desenvolvimento e inovação, a ciência e tecnologia deverão receber maior incentivo estadual visando a ampliação da conectividade, estímulo ao acesso e apoio à estudos e pesquisa, inclusive para produção em escala local e regionalizada. Outro aspecto importante - reordenamento rural e urbano - demandará avanços na regularização fundiária, interlocução sub-regionais pactos federativos, especialmente as unidades de conservação

de uso sustentável e proteção integral, que representam 22% do território estadual. A dinâmica inerente ao crescimento e desenvolvimento estadual a médio e longo prazo vem sendo gerida a partir de programas intersetoriais e ganha relevância no âmbito estratégico, com a adesão do Estado à Agenda 2030; protagonismo do governo estadual em agendas regionais e globais, como a interlocução e apoio para a realização conjunta da COP 30 na cidade de

Belém; e a construção do Planejamento de Longo Prazo Pará 2050 (em andamento), evidenciando a perspectiva de novos caminhos, o que trará maiores responsabilidades na reversão e mitigação dos indicadores atuais, especialmente resultantes do modelos econômicos atuais, exclusão socioprodutiva e impactos ambientais.



Trabalho com responsabilidade

A continuidade da visão estratégica com sustentabilidade alinhada aos anseios sociais pressupõe responsabilidade pública e equilíbrio fiscal. Os componentes estruturantes para efetivação dos planos, quais sejam, os projetos componentes da ação pública governamental, obedecem ao arcabouço fiscal, tributário e previdenciário. Nessa lógica, o atendimento aos limi-

tes constitucionais e legais deve permear os critérios dos gastos previstos na formulação e execução dos instrumentos de planejamento como PPA, LDO e LOA. Portanto, o ciclo de entrada e saída de recursos públicos dinamiza o conjunto de prioridades e metas regionalizadas, orientando a definição de investimentos e ações continuadas por meio de pro-

gramas estratégicos. A definição de corresponsabilidade em diversos níveis organizacionais, atenção às especificidades orçamentárias, melhoria na arrecadação e captação de recursos vêm sedimentando condições para melhoria da capacidade de gestão, governabilidade e transparência perante as diretrizes e objetivos estratégicos definidos pela Gestão Estadual.



Gestão Pública Presente

Esta diretriz retrata a institucionalização da oferta de serviços à população, em todas as regiões, no lugar em que se faça necessária a presença do estado, conforme previsto nos programas estratégicos. Consciente das exigências quanto à competência e capacidade pública para a resolução das demandas da sociedade, urge a integração do conjunto de recursos, quer sejam eles humanos, materiais ou de conhecimento, que favoreçam o aumento da eficiência dos processos, eficácia e efetividade da ação governamental, em todos os territórios do estado.

Certamente, os desafios externos influenciáveis à gestão estadual requerem interpretação de cenários e ampliação da capacidade de resposta governamental. Dessa forma, as mudanças contemporâneas da sociedade nortearam o redimensionamento do estado com a criação de novas unidades, a exemplo da Secretaria da Mulher, Povos Indígenas, Direitos Humanos. No campo da modernização ambiental nos órgãos públicos estaduais, o Programa Energia Limpa visa a redução da utilização de fontes de energia não renováveis, dos custos de energia elétrica e contribuir para a mitigação

das mudanças climáticas. Nessa linha, a implementação dos programas de qualificação da gestão, as mudanças nas estruturas organizacionais e a modernização objetivam a inovação e o aperfeiçoamento dos métodos de planejamento, execução e avaliação institucional. O compromisso de dotar o estado de um instrumento de planejamento de longo prazo, a busca por novos modelos de gestão e captação de recursos e a transformação digital, são projetos conectados à necessária melhoria da accountability, transparéncia e o aprimoramento da governança pública.

*Texto extraído do **Plano Plurianual 2024-2027**, "O Pará que queremos: justo, inclusivo e ambientalmente sustentável. Lei n.º 10.260, de 11 de dezembro de 2023 (Institui o Plano Plurianual do Estado para o período de 2024 a 2027).



FAPESPA

Fundação Amazônia de Amparo a Estudos e Pesquisas

Avenida Presidente Vargas, nº670, Belém - PA

www.fapespa.pa.gov.br

